

BRUNA CORREIA SILVA VITURINO

“DORES E DELÍCIAS” : EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR “MULHERES-MÃES SOLO”
NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA PSICANALITICA CONCRETA

SÃO PAULO

2025

BRUNA CORREIA SILVA VITURINO

“DORES E DELÍCIAS” : EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR “MULHERES-MÃES
SOLO” NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA PSICANALITICA CONCRETA

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Prof.^a Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

SÃO PAULO

2025

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Correia Silva Viturino, Bruna

“Dores e Delícias”: Experiências Vividas por “Mulheres-mães solo” na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta / Bruna Correia Silva Viturino; orientador Tania Maria Jose Aiello Vaisberg. -- São Paulo, 2025.

134 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2025.

1. maternidade. 2. "mãe-solo". 3. divisão sexual do trabalho. 4. sofrimentos sociais. I. Maria Jose Aiello Vaisberg, Tania, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO**Nome:** Bruna Correia Silva Viturino**Título:** “DORES E DELÍCIAS”: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR “MULHERES-MÃES SOLO” NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA PSICANALITICA CONCRETA

Banca Examinadora

Profa. Dra _____

Instituição _____

Julgamento _____

Profa. Dra _____

Instituição _____

Julgamento _____

Profa. Dra _____

Instituição _____

Julgamento _____

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim, em especial a minha avó materna **Eulalia Correia de Souza**.*

*E ao meu filho **Felipe Correia Viturino**, fonte de inspiração e que me inaugurou na experiência viva da maternidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a arte de reconhecer que nenhuma jornada se faz sozinha. E, felizmente, minha trajetória foi repleta de pessoas a quem sou grata. Cada nome aqui mencionado contribuiu, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho.

Minha gratidão começa por aquelas e aqueles que vieram antes de mim, abrindo os caminhos para que eu pudesse chegar até aqui. Ela se estende da minha ancestralidade familiar a todas as autoras, pesquisadoras, feministas e líderes sociais. Mulheres que, por nunca terem parado de lutar pelos nossos direitos, possibilitam que hoje eu também possa somar minha voz a essa causa.

Aos meus pais, José Edmilson da Silva e Rita Correia Silva, dedico meu mais carinhoso agradecimento. Eles cuidaram de mim e foram a base para que eu pudesse buscar todos os meus sonhos. À minha irmã Ana Carolina Correia e à minha sobrinha Alice Correia, todo o meu afeto; mesmo sem decifrar meus projetos mais audaciosos, elas nunca deixaram de oferecer apoio e torcida. Um agradecimento especial à minha irmã Izabela Correia. Seu olhar de admiração e afeto incondicional nunca me deixou duvidar do que eu podia alcançar, ensinando-me a me enxergar com muito mais amor e coragem. Eu amo vocês. Chegar até aqui sempre foi por nós!

Ao meu marido, Ed Viturino, minha mais profunda gratidão por ser meu companheiro de vida. Com seu amor, paciência e gentileza, você foi o alicerce para a realização deste e de tantos outros sonhos, enquanto dividimos a aventura mais

sublime de nossas vidas: criar nosso filho. Obrigada por acolher minhas ausências, o turbilhão desta etapa e por ser escuta atenta para minhas angústias, medos e desabaços, sem jamais deixar de me apoiar e de manter viva a crença de que tudo isso era possível.

Ao meu amado filho, Felipe Correia Viturino. Você não é apenas o amor da minha vida; mas é a fonte de inspiração para que possa sonhar e realizar. Sua chegada despertou em mim uma força e uma coragem que eu não conhecia, não só para realizar meus projetos pessoais, mas para alimentar o desejo de transformar o mundo. Que você possa se orgulhar ao ler este trabalho no futuro.

A tantos familiares, amigos, colegas, alunos e pacientes especiais que, de modo singular, me instigaram com provocações férteis, me trouxeram inspiração, suporte e torcida neste processo. Em especial: Carolina Senra, Vanessa Ferreira, Shaienie Lima, Ivan Corsino, Endy Viturino, Izabel de Castro Boa Ventura e Nelson Viturino.

Um agradecimento transbordante de afeto à minha analista (a quem prefiro não nomear), que talvez nem dimensione a profundidade do seu auxílio em minha jornada. Nesta etapa, ela teve um papel vital, sendo bússola, amparo e escuta, ajudando-me a atravessar todos os desafios que esta empreitada me impôs. Eu jamais poderia ter chegado aqui sem seu apoio. Muito obrigada.

No âmbito acadêmico, mas nem por isso menos relevante ou especial, gostaria de agradecer e honrar pessoas e instituições que foram essenciais para a execução desta pesquisa.

À Universidade de São Paulo e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação

em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia, minha gratidão pela dádiva da formação, pelo suporte institucional e pela excelência de seu corpo docente, fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Estendo meus agradecimentos a todos os funcionários da instituição, que sempre demonstraram cuidado e zelo com as nossas solicitações.

A todos os docentes desta instituição, meu reconhecimento. Em especial àqueles com quem tive contato direto por meio das disciplinas cursadas: que com generosidade e atenção, contribuíram para nutrir meu desenvolvimento intelectual e minha formação como docente: Prof.^a Ivonise Fernandes Motta, Prof.^a Adriana Marcondes Machado, Prof. Leopoldo Fulgêncio, Prof. José Leon Crochik e Prof. Daniel Abs da Cruz.

De maneira mais que especial, minha gratidão à minha orientadora, Prof.^a Tania Aiello Vaisberg, que, com um olhar cuidadoso, afetuoso e firme, teceu este trabalho em verdadeira parceria comigo. A ela devo não somente a jornada desta dissertação, mas incontáveis ensinamentos e lições de vida que se estenderam por toda a minha vida. Uma das pessoas mais sábias e éticas com quem tive o privilégio de conviver. Me orgulho imensamente de ser sua orientanda.

Aos meus companheiros e companheiras do grupo de pesquisa CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, que foram parceiros incríveis de reflexão: Sueli Regina Gallo-Belluzzo, Gisele Meirelles Fonseca, Fabio Riemenschneider, Fabiolla Duarte, Daisy Olerich, Andreia Almeida Schulte, Bruna Risquoto Batoni, Gustavo Renan de Almeida da Silva. De modo especial, à Amanda Carvalho Dias, Paula Fuks Newmark, Elaine Cristina Correa e Ana Leticia Rodrigues Nunes, companheiras incríveis nesta jornada. Como discentes do Programa, partilhamos os

desafios, angústias e alegrias deste processo, me oferecendo uma presença alegre e acolhedora no enfrentamento da jornada acadêmica. Foi uma travessia incrível ao lado de vocês.

Com muito carinho, agradeço à Eliane Pereira da Silva, que, mais do que ofertar ajuda com os aspectos burocráticos da vida acadêmica, foi gentil, atenciosa e amiga. Seu apoio foi fundamental neste processo.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado, fundamental para minha dedicação e para a realização desta pesquisa.

“Maternidade pode ser um ato revolucionário”

(bell hooks, 2019, p134)

RESUMO

Viturino, B. C. S. (2025) “Dores e Delícias”: Experiências Vividas por “Mulheres-mães solo” na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

O presente estudo tem como objetivo investigar experiências vividas por “mulheres-mães solo” brasileiras. Justifica-se como pesquisa psicológica que pode tanto gerar conhecimentos relevantes para a prática clínica, no atendimento de pessoas que vivem nessa situação específica, como oferecer subsídios para debates no âmbito dos movimentos sociais. O estudo organiza-se como pesquisa qualitativa com método investigativo da psicanálise, operacionalizado à luz da psicologia psicanalítica concreta, abordando um vídeo, disponibilizado pela plataforma Youtube, que tematiza manifestamente a questão em investigação por meio de depoimentos de três mulheres. A investigação ocorreu em três etapas que consistem na produção, no registro e na interpretação do material de pesquisa. O registro do material de pesquisa foi realizado por meio de narrativas transferenciais que descrevem tanto o encontro com o conteúdo manifesto do vídeo como os impactos afetivo-emocionais experienciados durante e após a exposição aos depoimentos. A interpretação psicanalítica das narrativas transferenciais resultou na criação/encontro de quatro “campos de sentido afetivo emocional”: “Crime e Castigo”, “Sem companhia masculina”, “Dores e Delícias” e “Sintonia com o futuro”. O quadro geral aponta que a experiência vivida pelas “mulheres-mães solo”, estudadas na presente pesquisa, é marcada por sofrimentos, associados à crença social de que a maternidade não conjugal é uma irregularidade de sua responsabilidade, mas que também contém dimensões emocionalmente gratificantes associadas ao convívio e ao vínculo com o filho. Além disso, o quadro também indica que elas acreditam que a condição “solo” seria vivida com menor dificuldade se a sociedade se transformasse, via educação, tornando-se mais igualitária e sintonizada com valores de inclusão e solidariedade. Como conclusão, podemos afirmar que as mulheres estudadas apresentam um alto nível de conscientização da realidade social e os desafios que a “maternidade solo” lhes impõem, mas mostram-se capazes de esperar a superação de tais adversidades.

Palavras-chaves.: maternidade, “mãe solo”, divisão sexual do trabalho, sofrimentos sociais.

ABSTRACT

Viturino, B. C. S. (2025). *"Pains and Delights": Lived Experiences of "Solo Mothers" from the Perspective of Concrete Psychoanalytic Psychology* [Master's thesis]. Institute of Psychology, Universidade de São Paulo.

This study aims to investigate the lived experiences of Brazilian "solo mothers." This psychological research is justified by its potential to generate relevant knowledge for clinical practice in assisting individuals in this specific situation, as well as to provide input for debates within social movements. The study is structured as qualitative research using the psychoanalytic investigative method, operationalized within the framework of concrete psychoanalytic psychology. It analyzes a video available on the YouTube platform that manifestly addresses the topic through the testimonials of three women. The investigation was conducted in three stages: production, recording, and interpretation of the research material. The recording of the material was carried out through transference narratives, which describe both the encounter with the manifest content of the video and the affective-emotional impacts experienced during and after exposure to the testimonials. The psychoanalytic interpretation of these narratives resulted in the creation/encounter of four "affective-emotional fields of meaning": "Crime and Punishment," "Without Male Company," "Sorrows and Delights," and "Attunement to the Future." The overall findings indicate that the experience of the "solo mothers" is marked by suffering, associated with the social belief that non-conjugal motherhood is an irregularity for which they are responsible, yet it also contains emotionally gratifying dimensions related to the bond and coexistence with their child. Furthermore, the findings suggest that the women believe the "solo" condition would be experienced with less difficulty if society were to transform through education, becoming more egalitarian and attuned to values of inclusion and solidarity. In conclusion, the study affirms that the women exhibit a high level of awareness of their social reality and the challenges that "solo motherhood" imposes, yet they remain capable of actively hoping for the overcoming of such adversities.

Keywords: motherhood, "solo mother", sexual division of labor, social suffering.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Diagrama 3D – Subestructuras de campo.....	53
Figura 02 - Diagrama 3D – Subestructuras de campo.....	92

SUMÁRIO

Carta ao Leitor	15
Apresentação	18
Capítulo 1- Problema de Pesquisa	25
Família Nuclear e o surgimento da “Mulher-mãe solo”	26
Maternidade, sofrimentos sociais e delineamento do problema de pesquisa.....	32
Capítulo 2 - Fundamentos e Procedimentos Metodológicos	40
O Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa.....	41
Conceitos Fundamentais da Psicologia Psicanalítica Concreta.....	49
Procedimentos Investigativos.....	59
Capítulo 3 - Narrativa Transferencial	69
Capítulo 4 – Interpretações e Interloquções Reflexivas	85
Interpretações e Contextualizações.....	87
Interloquções Reflexivas.....	93
Considerações Finais	111
Referências bibliográficas	117
Anexos	130

CARTA AO LEITOR

Nenhuma produção de conhecimento nas ciências humanas é neutra. Já que carrega consigo, inevitavelmente, a personalidade das (os) autores.

Esta carta vem apresentar um pouco do trajeto que trilhei para chegar ao meu tema de pesquisa, mas também trazer recortes de quem sou, de onde vim e de como cheguei até aqui. Como esperado no campo das ciências humanas e, mais especificamente, na psicologia que adota referenciais compreensivos, minha produção é marcada por todo meu percurso intelectual, mas também por todos os encontros que tive e por todos os lugares em que já pisei.

Meu nome é Bruna, sou uma mulher parda e periférica, mãe de um menino que hoje tem 5 anos, casada com o pai do meu filho, psicóloga e psicanalista. A minha família paterna e materna era de origem nordestina e meus bisavôs maternos eram quilombolas. Nasci em Mauá, uma cidade que compõe a região do ABC na grande São Paulo.

Desde pequena me lembro de sentir certo inconformismo sobre a diferença dos papéis sociais e de gênero entre homens e mulheres. Na infância, isso já se manifestava a partir do meu questionamento sobre o que era tido como “brinquedos de meninas” e “brinquedos de meninos”. Eu mesma sempre achei muito mais atrativos os brinquedos e as brincadeiras que eram considerados próprios para meninos.

Cresci escutando minha mãe se queixando várias vezes sobre o quanto era pesado ser mulher e mãe. Talvez quando criança eu possa ter pensado que isso se referia a mim, no sentido pessoal, achando que as queixas da minha mãe se referiam aos meus comportamentos. Já ao me tornar mulher adulta, passei a entender, aos poucos e cada vez mais, que parecia existir um sistema injusto que fazia com que as mulheres fossem aprisionadas em um papel de sempre ser aquela que cuida, não somente dos filhos, mas do serviço doméstico, dos pais, dos sogros e dos doentes da família.

Essa questão permaneceu um tanto adormecida durante a época dos estudos de graduação, voltando a ganhar meu interesse a partir da escuta clínica das minhas

pacientes. Passei, então, a me interessar pelas questões da maternidade, equacionando minhas primeiras indagações sob forma de duas perguntas iniciais: por que a maternidade faz as mulheres sofrerem e por que uma questão de tamanha importância parecer ser muito pouco discutida – ou talvez pouco discutida no meio em que eu estava inserida pessoalmente e profissionalmente.

Naquele momento, eu não tinha tanto conhecimento sobre as teorias nem sobre os movimentos feministas. Tampouco tinha acesso a muitos depoimentos e queixas de mulheres-mães, que se tornaram comuns com a popularização das redes sociais. Desse modo, foi ganhando corpo minha decisão de dedicar meus estudos a temáticas da maternidade e do sofrimento da mulher-mãe.

Com estudos e aprofundamento percebi que esse meu interesse deixava de ser apenas profissional e restrito à busca de compreender melhor a experiência das minhas pacientes. Na verdade, fui me tornando cada vez mais consciente de estar assumindo a maternidade como causa a partir da história das mulheres da minha família e de como isso me atravessava.

Antes de chegar ao mestrado, iniciei um curso de especialização que versava sobre a temática da Perinatalidade e da Parentalidade. Dediquei-me, nessa fase, a estudar bastante sobre questões relativas à maternidade. No meio do curso engravidei e tive meu filho, fato que me motivou ainda mais a me aprofundar nesses estudos.

A entrada de uma amiga muito querida no mestrado, reacendeu em mim o desejo de resgatar este sonho. Foi quando em 2023 eu decidi que desde o início do ano iria me preparar para o processo seletivo que aconteceria no segundo semestre. Fiz algumas disciplinas como aluna especial no primeiro semestre e no segundo semestre, já participando do processo seletivo, conheci minha orientadora por indicação de uma supervisora.

Ao me encontrar com minha orientadora e com o Grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” descobri que a maternidade pode ser entendida como sofrimento social. Isso deu um enorme contorno para o que eu estava buscando, pois antes de querer que meu trabalho fosse apenas uma denúncia ou uma descrição batida de uma realidade já muito comentada - entre mulheres em geral e entre mulheres feministas, meu real desejo era/é que meu trabalho pudesse/possa contribuir e fazer avançar o estudo sobre caminhos pelos quais o exercício da

maternidade, na contemporaneidade, possa transformar, no sentido de evitar um sofrimento que atinge a todas nós, tanto as mulheres-mães, como também as não-mães.

Após um processo de busca de material, fui afetada transferencialmente por um vídeo sobre “maternidade solo”. Inicialmente não compreendi qual a razão daquele vídeo ter me impactado tanto. Após algumas reflexões, percebi que apresentava certa correspondência com minha história a partir da minha avó materna.

Minha avó se separou do meu avô em Alagoas e veio “fugida” para São Paulo para tentar uma nova vida. Naquela época, década de 70, e no meio cultural em que vivia minha avó, ser uma mãe desquitada era motivo de grande desdém. De forma solitária, cuidou e educou os 4 filhos. Mas não quero romantizar essa história. Exercer a maternidade em nossa sociedade nunca ocorre sem custo ou sem consequência, quando se é pobre, periférica e, ainda mais... sozinha.

Finalizo assim, um passo importante na busca de realização de uma meta, concretizando à realização desta pesquisa empírica, com a qual espero contribuir de alguma forma num processo que, em essência, é coletivo. O anseio é que este trabalho possa afetar os leitores, provocando discussões e promovendo transformações pessoais e coletivas

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresento a presente dissertação, intitulada “Dores e Delícias”: Experiências Vividas por “Mulheres-mães solo” na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta”, que integra meu processo formativo, em nível de mestrado, no curso de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Em nosso grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” temos nos dedicado, há um certo tempo, a estudar e pesquisar sobre sofrimentos sociais em diferentes contextos¹, compreendendo-os como sofrimentos socialmente produzidos, que decorrem de situações de opressão, discriminação e exclusão, causando sentimentos de desamparo, humilhação, injustiça e culpa (Ambrosio, Aiello-Fernandes, & Aiello-Vaisberg, 2013). Entretanto, nos últimos anos, optamos por focalizar experiências de sofrimento de mulheres e, mais especificamente, de mulheres-mães, reconhecendo que a experiência da maternidade se manifesta como uma forma bastante particular de sofrimento social, especialmente através da angústia e do sentimento de culpa (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017).

Nossos estudos nos levaram a entender como produtiva a distinção, feita por O’Reilly (2016; 2019), a partir da contribuição de Rich (1976/2019; 1986) entre maternidade e maternagem. A partir da leitura de autoras feministas,

¹ Uma visão ampla dessa produção pode ser obtida por meio do exame do lattes da orientadora: <http://lattes.cnpq.br/4670585523085617>.

compreendemos a necessidade de diferenciar entre a maternidade enquanto instituição e a maternagem enquanto experiência de cuidado infantil direto, que pode ser realizado, concretamente, não apenas pela mãe biológica. À luz dessa distinção, entendemos que a maternidade, na contemporaneidade, é fortemente afetada por imaginários coletivos que carregam em si marcas do patriarcado capitalista² e da divisão sexual do trabalho, na qual, a partir da Revolução Industrial, consolida o modelo de família nuclear.

À primeira vista, a divisão sexual do trabalho parece consistir num arranjo que preconiza que o homem fica dedicado ao trabalho remunerado e a mulher se encarrega das tarefas domésticas e da reprodução da vida. Contudo, essa descrição não é fiel aos fatos porque, na realidade, a divisão consiste, na dispensa do homem de qualquer envolvimento com atividades reprodutivas, tanto no sentido da manutenção da vida individual como de renovação geracional, a qual nunca teve, como contrapartida, a dispensa da mulher de participação no sustento da família nas classes subalternizadas. É por esse motivo que Federici (1984/2017) afirma haver uma profunda semelhança entre a condição dos africanos escravizados, no período de acumulação primitiva do capital, já que as mulheres serviam homem em casa e a ele entregavam seu salário, já que não usufruíam da condição de trabalhadoras livres:

² O patriarcado abrange a opressão à mulher e aos grupos que não aderem à cis-heteronormatividade. O capitalismo é o sistema que cria os ricos e pobres, capitalistas e vendedores da própria força de trabalho; e o racismo, o sistema que cria a supremacia branca e coloca todos os demais como inferiores (Aiello-Vaisberg, 2009).

Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava para o caminho da libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. (Federici, 1984/2017, p.27).

Esse arranjo familiar conhecido como família nuclear, indiscutivelmente hierárquico, predominou por muitos anos. Uma versão específica desse modo, que se realizava menos frequentemente, apenas quando as condições financeiras eram extremamente favoráveis, permitindo à mulher limitar-se à função de “dona de casa”, tornou-se um modelo amplamente idealizado.

Entretanto, na prática, sempre coexistiram muitos outros modelos de família, em decorrência de diversas circunstâncias da vida concreta – basta lembrar que a expectativa de vida nos séculos XVIII e XIX era bastante menor do que a atual. Assim, muitos enviuvavam e se casavam novamente, não sendo incomum que uma pessoa se tornasse órfã, eventualmente de pai e mãe, em idade precoce, passando a viver com outras pessoas. Contudo, a variedade concreta dos arranjos reais não significou sua legitimação, de modo que as configurações que não seguiam o modelo, como as monoparentais ou não nucleares, sempre foram socialmente desvalorizadas e vistas como desajustadas. Frente esse cenário, não temos dificuldade de entender que famílias, organizadas a partir de uma “maternidade solo”, sempre levantaram suspeitas, uma vez que nelas a maternidade não ocorreu em contexto conjugal, sob autoridade patriarcal direta.

A nosso ver, não é difícil perceber que a maternidade, enquanto instituição do patriarcado capitalista, sequestrada pela obrigatoriedade de manutenção de vínculo conjugal, revela-se como condição de sofrimento social da mulher

Desta forma, compreendendo a maternidade como instituição do patriarcado capitalista, associada ao modelo de família nuclear e à divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2000/2009; Hirata & Kergoat, 2007; Federici, 1984/2017), que provoca sofrimento social relevante na mulher, realizamos a presente pesquisa com o objetivo de investigar experiências vividas por mulheres brasileiras, conhecidas atualmente como “mães solo”, por viverem a maternidade de maneira desvinculada da conjugalidade normativa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, organizada a partir do uso do método investigativo da psicanálise, à luz da psicologia psicanalítica concreta, referencial proposto por Bleger (1963/2012), que se inscreve no campo da psicanálise relacional contemporânea.

A investigação se justifica por sua relevância tanto para a clínica psicológica, contribuindo com subsídios para o atendimento psicoterapêutico e psicoprofilático dessas mulheres, quanto para os debates sociais acerca da maternidade e dos sofrimentos sociais ligados à divisão sexual do trabalho e à estrutura social vigente. Ao lançar luz sobre um grupo frequentemente negligenciado, o estudo busca ampliar a compreensão sobre os sofrimentos sociais relacionados à condição materna, implicando todas as mulheres, dada a centralidade que a possibilidade da maternidade ocupa na constituição subjetiva feminina.

Incluimos, logo no início desta dissertação, uma comunicação, que intitulamos como “Carta ao Leitor”, com a finalidade de expor nosso percurso, trazendo aspectos de nossa formação e vida pessoal, esclarecendo aspectos do caminho trilhado até a definição de seu tema de pesquisa. Assim fazendo, alinhamo-nos com a tradição

feminista, especialmente aquela do feminismo negro e do feminismo interseccional, que cultivam a explicitação de vínculos concretos existentes entre autoras e suas obras. Esse momento de articulação entre registros da vida intelectual e pessoal também é coerente com nossa visão sobre a importância do esquema conceitual referencial operativo – ECRO (Pichon-Rivière in Lema, 1976/2008), que abrange não apenas o referencial teórico metodológico, mas também o percurso de vida do pesquisador, no âmbito do qual faz sentido esse ou aquele interesse.

Damos sequência com esta apresentação, que tem a finalidade de familiarizar o leitor com a estrutura e os principais componentes desta pesquisa, descrevendo, a seguir, seus sucessivos capítulos.

O capítulo 1 aborda as considerações iniciais, fazendo uma breve apresentação sobre o termo “mãe solo”, as mudanças nos arranjos familiares e na concepção de família, e sobre como a divisão sexual do trabalho e o patriarcado capitalista impactam a concepção da maternidade na atualidade. O capítulo também versa sobre a formulação do problema de pesquisa do presente estudo.

No capítulo 2, descrevemos os fundamentos teóricos e os procedimentos metodológicos adotados, buscando descrever o percurso investigativo aqui trilhado. Na primeira parte, destacamos a opção pela abordagem qualitativa com o uso do método investigativo da psicanálise, enfatizando que a escolha se deu pela possibilidade que este método apresenta de permitir o acesso às complexidades do fenômeno estudado. Já na segunda parte do capítulo, apresentamos os principais conceitos da psicologia psicanalítica concreta, que é o referencial à luz do qual usamos o método investigativo da psicanálise. Por fim, na terceira parte, fizemos uma descrição dos procedimentos investigativos e das etapas por meio das quais a pesquisa foi realizada.

O capítulo 3 consiste na apresentação das narrativas transferenciais, que versam sobre o encontro da pesquisadora, e dos integrantes do Grupo de Pesquisa, com o vídeo aqui estudado. Esse tipo de narrativa, elaborada em estado de cultivo da atenção flutuante e da associação livre de ideias, contém tanto o registro do referido pelas mulheres-mães, em seus depoimentos, quanto os impactos afetivo-emocionais vivenciados durante e após a exposição ao vídeo.

No capítulo 4, apresentamos as interpretações da presente pesquisa, que correspondem ao procedimento investigativo de interpretação do material. Na primeira parte, intitulada “Interpretações e Contextualizações”, expomos os resultados interpretativos – apresentando os “campos de sentido afetivo-emocional” e articulando-os com os “campos ambientais” que contextualizam o fenômeno estudado. A segunda parte do capítulo, denominada “Interloquções Reflexivas” e comumente chamada de “discussão dos resultados” em outros tipos de pesquisas empíricas, é o momento em que suspendemos parcialmente o uso do método investigativo da psicanálise, para viabilizar a realização de um trabalho intelectual.

Abandonando o uso do método investigativo da psicanálise, e ao mesmo tempo nos predispondo para um trabalho reflexivo, vemo-nos diante da possibilidade de conectar os resultados interpretativos, que criamos/encontramos, com o pensamento de diversos autores, psicanalíticos ou não, que se debruçaram sobre as questões para as quais apontam os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” aqui propostos interpretativamente. Esta etapa foi dividida em três eixos: Eixo 1) Interloquções com Feministas Materialistas e Interseccionais; Eixo 2) Interloquções com Winnicott; e Eixo 3) Interloquções sobre Educação: dialogando com Paulo Freire, Angela Davis e bell hooks.

Encerramos a dissertação com Considerações Finais, onde apresentamos um compilado dos resultados interpretativos e das interlocuções reflexivas realizadas, articulando-os com os objetivos da pesquisa. Além disso, apresentamos nossa percepção sobre os resultados interpretativos desta pesquisa, seus limites e possibilidades de expansão para estudos futuros.

Por fim, encontram-se as referências bibliográficas que sustentam teórica e metodologicamente a presente pesquisa.

Agradecemos imensamente de antemão, a atenção dispensada a cada página deste trabalho, e esperamos que a leitura possa ser, acima de tudo, instigante. Uma pesquisa não se encerra em sua escrita, mas ganha vida e potência no debate. Por isso, aguardamos com grande expectativa o diálogo e interlocuções que virão a seguir, pois são elas que permitirão refinar argumentos, aprofundar reflexões e impulsionar futuros desdobramentos desta investigação.

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA DE PESQUISA

“Mama África / A minha mãe é mãe solteira...”

Letra e música Chico Cesar, 1995

Família nuclear e o surgimento da “mulher-mãe solo”

Percebemos, na contemporaneidade, várias mudanças nos arranjos familiares. Ao que tudo indica, no período de acumulação primitiva do capital, o cerceamento de terras comunais, na Europa, provocou o êxodo rural a partir do qual teve início a revolução industrial (Federici, 1984/2017). As famílias que antes eram extensas, características da vida camponesa e que habitavam nas terras que cultivavam, transformaram-se em famílias nucleares – reduzindo-se às figuras do pai, da mãe e dos descendentes deste vínculo - e passaram a ter seu domicílio separado do ambiente de trabalho. Além disso, a nova família nuclear passou a ser regida pela divisão sexual do trabalho, segundo a qual os homens se tornaram trabalhadores livres para vender sua força por salário, enquanto as mulheres, vistas como seres mais próximos da natureza, seriam as únicas encarregadas da reprodução da vida, mesmo que também trabalhassem nas fábricas³. A reprodução abrangia dois sentidos. Tanto dizia respeito ao fornecimento de condições de alimentação, repouso, higiene e saúde, que permitiam ao operário apresentar-se pronto para o trabalho, na manhã de cada dia, como incluía a substituição de uma geração por outra.

O modelo de família nuclear consolidou-se no imaginário coletivo como a estrutura familiar ideal, em grande parte por sua funcionalidade na manutenção do sistema

³ Além de ser a única responsável pela reprodução, da qual ficava o homem totalmente isento, a mulher também trabalhava na fábrica. Contudo, como não detinha status de trabalhadora livre, não se tornava proprietária do salário, que pertencia, por direito, à autoridade patriarcal à qual se encontrava submetida, seja a do marido, a do pai ou a de algum outro sucedâneo (Kergoat (2000/2009; Hirata & Kergoat, 2007).

patriarcal, do acúmulo de capital e da estrita divisão sexual do trabalho. Essa estrutura foi progressivamente naturalizada e defendida como a mais saudável por diversas teorias psicológicas e psicanalíticas. Um exemplo notório pode ser encontrado em certos conceitos da teorização winnicottiana, quando parece legitimar um arranjo familiar específico, aquele em que a mulher se dedicaria integralmente às funções de esposa e mãe, enquanto o pai permaneceria como provedor único, como sinônimo de ambiente suficientemente bom. Contudo, é fundamental destacar que esse ideal nunca correspondeu à realidade da maioria da população, especialmente das classes desfavorecidas, para as quais a contribuição financeira da mulher sempre foi uma necessidade.

Apesar de sempre terem existido modelos familiares distintos do nuclear por diversas razões⁴, observa-se que, atualmente, outros tipos de arranjos são assumidos mais abertamente. Entre eles, destacam-se: famílias homoafetivas; famílias reconstituídas, que incluem filhos de uniões anteriores; famílias extensas, formadas pela convivência de diferentes gerações ou parentes na mesma casa (como avós, pais e filhos); casais sem filhos; e famílias monoparentais, constituídas por apenas uma figura parental, seja o pai ou a mãe (IBGE, 2024).

Dentre as famílias monoparentais, aquelas constituídas apenas por mãe e filhos se apresentam, atualmente, como maioria. No último Censo de 2022, lares monoparentais corresponderam à 16,46% do total. Sendo que lares em que as

⁴ Um dos motivos mais comuns, pelos quais se tornava frequentemente impossível a manutenção da família nuclear, composta pelo casal e seus filhos, eram as mortes frequentes de um ou de ambos os cônjuges, numa época em que a expectativa de vida era muito menor do que a atual. Como exemplo, podemos citar estudos, como o de Woods (2021), segundo o qual a expectativa em cidades industriais, na época da revolução industrial inglesa, seria de 28 anos.

mulheres são as principais responsáveis sem a presença de cônjuge e morando com filhos e/ou enteados, correspondiam a 14,23% da totalidade das famílias pesquisadas, o que contrasta com 2,23% de homens na mesma situação (IBGE, 2023).

Inicialmente, o termo utilizado, no linguajar do senso comum, para mulheres que exerciam a maternidade, sem nunca terem estado em vínculo conjugal, era “mãe solteira”⁵. Esse termo já indicava a prevalência de um imaginário segundo o qual a maternidade deveria ser realizada em contexto conjugal. Essa crença se vincula, claramente, a uma visão de acordo com a qual a mulher casada deteria um *status* social superior ao das mulheres solteiras ou das mulheres-mães que não estavam em um relacionamento conjugal (Borges, 2020). O termo “solteirona”, aliás, foi usado durante muito tempo para acentuar essa ideia (Maia, 2007).

Borges (2020) afirma que as mudanças sociais e legislativas⁶ não apenas auxiliaram na emancipação feminina, como também contribuíram para a ampliação do conceito de família, ao permitirem uma desvinculação entre a constituição familiar e o relacionamento conjugal. Dentre as alterações legais mais relevantes, a autora destaca a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que passou a reconhecer os arranjos monoparentais - compostos por uma pessoa e seus descendentes - como entidade familiar, superando a visão restrita ao modelo nuclear baseado no casamento.

⁵ Vale chamar a atenção para o fato de que mulheres que tem filhos e se separaram após períodos de coabitação conjugal não foram chamadas de mães solteiras, mas podem ser hoje chamadas de “mães solo”.

⁶ Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), Emenda Constitucional do Divórcio (EC 9/77) e a Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e o Código Civil de 2002.

Assim, pelo menos em contextos sociais menos conservadores e mais alinhados a visões democráticas, inclusivas e solidárias, a expressão “mãe solteira” cai em desuso e passa a ser substituída por “mãe solo” ou “maternidade solo”. Não encontramos informações sobre a origem da expressão que hoje é comumente usada na linguagem oral e escrita. Provavelmente, surgiu como uma mudança do antigo termo “mãe solteira”, talvez sendo associativamente ligada ao que conhecemos, no campo da música popular, como “carreira solo”.

Para o presente estudo, escolhemos utilizar o termo “mulher-mãe solo” por duas diferentes razões. Adotamos o termo “solo” porque nos alinhamos, em termos de posicionamento ético-político, com perspectivas democráticas, inclusivas e solidárias. Por outro lado, não nos limitamos a falar simplesmente em “mãe-solo”, preferindo a expressão “mulher-mãe solo”, por acreditar que por serem mulheres e mães, elas são diferencialmente oprimidas no sistema patriarcal. Portanto, quando focalizamos nosso problema de pesquisa, estamos diante de uma sobreposição de opressões, segundo uma perspectiva interseccional (Nogueira, 2017). Com a expressão “mulher-mãe solo” queremos abranger: a) situações de exercício da maternidade fora da relação conjugal, seja por divórcio, por viuvez⁷, por situação de cárcere do parceiro, por relações sexuais casuais⁸ ou por não constituição de relação amorosa ou ainda como abandono e omissão paterna e b) situações em que a mulher decide planejadamente

⁷ A partir do último Censo (2022), a taxa de mortalidade masculina é 3,7 vezes maior que a feminina. (IBGE, 2023). Vale destacar, que ao considerarmos a questão racial, homens negros tem maior índice de mortalidade seja por homicídio, por acidentes como queda ou por acidente de transporte (CNN BRASIL, 2024).

⁸ No sistema patriarcal quando o homem não está em uma relação em que conta com fidelidade da mulher, parte do pressuposto de que ela pode ter tido relação sexual com outros homens. Assim, caso ocorra uma gestação, sente-se eximido da responsabilidade.

exercer a parentalidade sozinha, seja por via da adoção unilateral, por técnicas reprodutivas como inseminação artificial ou fertilização *in vitro* (Borges, 2020).

Como se vê, casos do primeiro tipo estão ligados às vicissitudes dos encontros sexuais/amorosos, que eventualmente resultam no afastamento do homem, enquanto, os casos do segundo tipo consistem numa exclusão do homem, que se dá de modo antecipado por iniciativa da mulher. Nessa segunda configuração, a participação masculina pode ficar reduzida à doação anônima ou involuntária de um espermatozoide⁹.

Com isso, notamos que o termo carrega tanto associações negativas e pejorativas para a mulher, quanto ressonâncias positivas que enaltecem sua iniciativa, resiliência e autonomia. Entretanto, mesmo reconhecendo os significados positivos, não ignoramos o peso que o termo pode trazer ao destacar a solidão de mães em posição de única responsabilidade pelos cuidados diretos e indiretos com o filho¹⁰. Essa é uma

⁹ A doação involuntária de espermatozoide se daria em situações em que as mulheres engravidam, de forma intencional, de homens com quem tiveram relação sexual casual. Elas costumam encontrar facilmente parceiros disponíveis para sexo, pois dificilmente os homens se negam a ter um envolvimento sexual sem compromisso, baseado em ideias machistas e patriarcais de que a virilidade masculina está diretamente associada a “*não negar fogo*” referindo-se à não possibilidade do homem de rejeitar relação sexual, para não afetar sua masculinidade

¹⁰ O cuidado parental pode ser classificado em duas categorias. Os cuidados diretos são aqueles que envolvem interação física e presencial com a criança, como alimentá-la e dar banho. Já os cuidados indiretos correspondem às tarefas de gestão e planejamento da rotina dos filhos, a exemplo do agendamento de consultas médicas e da organização de suas atividades de acordo com Rocha e Melo (2020). Embora ambas as responsabilidades frequentemente se concentrem na mãe, em arranjos familiares com a presença do cônjuge, ela pode receber suporte paterno, especialmente nos cuidados indiretos e na provisão financeira. No estudo atual sobre masculinidades vigora uma importante distinção entre masculinidades cuidadoras, que se envolvem em cuidados diretos e indiretos, e masculinidades protetoras, que se limitam ao sustento e à proteção física e ideológica (Woynicka & Nowicka, 2021).

condição visivelmente árdua, cuja dificuldade é certamente acentuada para mães negras e pobres (Lima, 2021).

A vulnerabilidade social e econômica se acentua expressivamente nos lares chefiados por “mulheres-mães solo” no Brasil. Em 2023, cerca de 65% das “mulheres-mães solo” viviam abaixo da linha da pobreza, evidenciando a precariedade financeira enfrentada por grande parte dessas famílias. A sobrecarga de responsabilidades, que abrange tanto o sustento financeiro quanto o cuidado integral dos filhos, reflete-se diretamente no mercado de trabalho: 46% dessas mulheres estavam na informalidade, o que representa um acesso reduzido a direitos trabalhistas e à proteção social. Além disso, a presença de crianças pequenas intensifica os desafios, sendo que 63,5% das mães solo com filhos de até 14 anos se encontravam em situação de pobreza, destacando o quanto a falta de suporte familiar e social impacta diretamente o bem-estar e as oportunidades de mães e filhos (IBGE, 2023).

Evidentemente, se estamos sob a influência de um imaginário que concebe a família nuclear como o melhor ambiente para processos de amadurecimento da criança, entenderemos a “maternidade solo” como uma situação problemática. Entretanto, dada a complexidade da dramática do viver humano, concordamos com Gobbi (2023) quando afirma que ser “mulher-mãe solo” nem sempre é uma desventura. Em muitos casos, a “maternidade solo” se constitui como uma escolha ativa, seja para solucionar problemas, como a violência doméstica, seja para realizar aspirações no sentido de viver em maior liberdade pessoal ou de buscar experiências de constituição de diferentes arranjos familiares. De todo o modo, vale destacar que enfatizamos que essas opções e o direito à escolha estão condicionadas a diversos fatores sociais, em especial quando estamos olhando para a realidade de mulheres negras, pobres e periféricas.

Convergimos com esse assinalamento porque sabemos que a liberdade concreta de uma pessoa é maior ou menor, em nossa sociedade, tanto em função de condições de reconhecimento como de redistribuição (Fraser, 2001). Assim, quanto mais favorecidas são as condições econômicas e sociais da mulher, mais facilitada fica a tomada de uma posição de busca de transformação das condições concretas do viver que carregue em si uma recusa da ordem patriarcal.

Maternidade, sofrimentos sociais e delineamento do problema de pesquisa.

Se até o momento temos focalizado a “maternidade solo”, já que esse é o problema que pretendemos pesquisar, não podemos deixar de enfatizar que aderimos a uma visão que reconhece que, no mundo contemporâneo, toda maternidade, e não apenas aquela que se dá de modo solo, realiza-se de forma associada com os chamados sofrimentos sociais¹¹. Com esse termo, designamos experiências de sofrimentos socialmente determinados, que produzem sentimentos de humilhação desamparo, injustiça e culpa (Ambrosio, Aiello-Fernandes, e Aiello-Vaisberg, 2013), que se associam a perda ou ameaça de perda do que é altamente significativo para o viver humano como saúde, trabalho, desejos, sonhos e vínculos (Werlang & Mendes, 2013).

¹¹ Referimo-nos aqui à perspectiva adotada pelo Grupo de Pesquisa USP/CNPq, “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, do qual fazem parte a orientadora e a orientanda.

A pesquisa sobre sofrimentos sociais teve início nas últimas décadas do século XX, vinculando-se ao desaparecimento do estado europeu de bem-estar social (Dejours, 1998). O uso da expressão sofrimentos sociais surge nas décadas finais do século XX, consagrando-se nas obras de Kleinman, Das & Lock (1997) e de Emmanuel Renault (2004; 2008; 2010; 2017). Entretanto, sem usar essa terminologia, ao enfatizar que as experiências de sofrimento se inserem inevitavelmente em contextos macrossociais, Bleger (1963/1984) já concebia e declarava que toda forma de padecimento humano apresenta caráter social e segue linhas definidas a partir do que é socialmente estrutural. Desse modo, esse autor fornecia, de modo pioneiro, condições para a produção de conhecimento sobre sofrimentos ligados às desigualdades de classe, raça e gênero que, como sabemos, manifestam-se de modo interseccional (Nogueira, 2017). Os autores do campo dos sofrimentos sociais têm abordado, habitualmente, situações nas quais a determinação social é aparente, tais como guerra, perseguição religiosa, perseguição política, desastres naturais, desemprego, migração e violência social. Entretanto, alguns pesquisadores têm demonstrado que os sofrimentos sociais podem esclarecer questões que nem sempre são pensadas desse modo. Um exemplo, nesse sentido, é o artigo de Carreteiro (2003), que aborda humilhação, vergonha e falta de reconhecimento, frequentemente vividas por adolescentes de classes subalternizadas, como sofrimentos sociais e não como desajustes ligados a uma fase do desenvolvimento ou manifestações psicopatológicas.

A maternidade não é habitualmente incluída entre os tópicos estudados no campo dos sofrimentos sociais. Contudo, a percepção de que esses termos se associam fortemente surgiu a partir de pesquisas empíricas (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017; Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo & Visintin, 2020). Apesar das

estudiosas feministas e das ciências sociais já terem abordados tais temas de forma indireta, elas não se ocuparam da maternidade como experiência subjetiva e intersubjetivamente vivida. A própria psicologia¹², com seu viés individualista, que tende a valorizar o modo como a pessoa reagiu, sem prestar atenção suficiente nos contextos micro e macrossociais, acaba prejudicando a percepção de que a maternidade é vivida, no patriarcado capitalista, como sofrimento social.

Para ampliar a compreensão sobre a maternidade como sofrimento social, destacamos uma importante diferenciação, proposta inicialmente por Rich (1976/2019; 1986) e corroborada posteriormente por O'Reilly (2016; 2019), que é a compreensão da maternidade a partir de duas distinções: como instituição e como experiência. A maternidade como instituição é uma construção social e patriarcal que impõe um conjunto de normas, expectativas e papéis idealizados sobre as mulheres, definindo o que seria uma "boa mãe". Essa instituição serve para controlar as mulheres, limitando sua autonomia e poder, e frequentemente idealiza o sacrifício e a abnegação materna. Em contrapartida, a maternidade como experiência refere-se ao que é concretamente vivido pela mulher-mãe à experiência real de relacionamento com os filhos. Essa experiência é sempre diversa, ambivalente e marcada por sentimentos.

¹² Lembramos aqui que Bleger (1963/2012) insiste na ideia de que a psicologia compartilha seu objeto de estudo com as demais ciências humanas que se diferenciam a partir dos recortes que fazem na alta complexidade do fenômeno humano. O recorte específico da psicologia destina-lhe o estudo da experiência vivida tanto por personalidades individuais como por personalidades coletivas. Quando o recorte realizado é esse, pode-se pesquisar o que acontece como pessoas individuais e com personalidades coletivas. Pode-se, por exemplo, estudar psicologicamente tanto o sofrimento de um indivíduo como o sofrimento da torcida de um time derrotado em um campeonato de futebol. Nesse último caso, a torcida, compreendida como subjetividade coletiva transindividual, será considerada desde uma perspectiva voltada ao estudo de dimensões afetivo-emocionais da conduta, perspectiva que difere daquela das demais ciências humanas. Contudo é imprescindível lembrar que, na perspectiva blegeriana, a compreensão dos sentidos afetivo-emocionais da conduta exige a consideração dos textos micro e macrossociais em que tem lugar.

contraditórios, que podem incluir tanto momento de alegria e satisfação, como momentos de raiva, frustração e sofrimento, que se distanciam radicalmente do ideal imposto pela instituição¹³. Desta forma, compreendemos que a maternidade, enquanto instituição, condiciona sofrimentos sociais, a partir da influência dos contextos macrossociais do patriarcado-capitalista, da divisão sexual do trabalho e da família nuclear.

Vale retomar que a partir da revolução industrial, que se passou na Inglaterra, mas gerou efeitos duradouros no mundo colonial, surge, com o êxodo rural, provocado pelo cercamento das terras comunais (Federici, 1984/2017), um novo modelo de família, a família nuclear, formado pelo casal e seus filhos, pautado pela chamada divisão sexual do trabalho (Kergoat 2000/2009; Hirata & Kergoat, 2007). Essa divisão postulava a existência de um trabalho masculino, aquele realizado pelo operário na fábrica, e de uma atividade eminentemente feminina, que abrangeria o cuidado dos filhos e a manutenção do espaço doméstico com vistas a proporcionar nutrição, repouso, cuidados de saúde, manutenção de vestimentas. Essas atividades femininas são chamadas reprodutivas, porque reproduzem a existência do trabalhador e renovam as gerações de trabalhadores.

¹³ Mais recentemente, temos usado os termos maternidade e maternagem para marcar a diferença entre a maternidade como instituição do patriarcado capitalista e a maternagem como conjunto de práticas de cuidado (O'Reilly, 2016). Essa distinção conceitual nos permite conceber que, sendo culturalmente produzida, como bem demonstra a antropologia da maternidade (Gottlieb, 2012/2004; Rogoff, 2003), a maternagem pode ser exercida pela mãe biológica, por mulheres, por homens e por grupos, nos casos de parentalidade comunitária.

Há, contudo, um aspecto interessante nessa divisão, que não pode deixar de ser notado: as atividades femininas são realizadas exclusivamente por mulheres, mas as atividades masculinas podem ser realizadas por homens, mulheres e crianças. Outra peculiaridade, que já mencionamos no rodapé 3, diz respeito ao fato de que já no período inicial de acumulação do capital, as mulheres se viram, na realidade, numa condição de duplicidade, encarregando-se tanto do trabalho fabril como do trabalho doméstico¹⁴. Entretanto, só o homem detinha poder de administrar o dinheiro, pois a mulher e as crianças subordinavam-se à autoridade do pai/marido.

Assim, é relevante atentar para o fato de que a invenção da família nuclear, organizada pela divisão sexual do trabalho, não resultou no surgimento generalizado da dona de casa em regime de dedicação exclusiva ao lar, pois essa figura, que no imaginário parece expressiva, sempre foi escassa na prática, emergindo apenas entre os mais favorecidos. Portanto, a dupla jornada feminina verdadeira parece existir desde o início da revolução industrial, com a diferença de que não significava a diminuição ou até superação de dependência financeira do marido – como veio a significar para as mulheres brancas de classe média no século XX (Federici, 1984/2017).

¹⁴ É provável que os domicílios europeus das famílias operárias, à época da revolução industrial fossem, do nosso ponto de vista, precários e pouco cuidados, inclusive porque as jornadas nas fábricas chegavam a 16 horas (Woods, 2021). Entretanto, certamente a reprodução da vida, incluindo a alimentação, repouso, cuidados relativos às doenças e alguma forma de manutenção do vestuário, era trabalhosa, já que as mulheres não contavam, à época, com as várias facilidades atualmente disponíveis para quem realiza trabalho doméstico. A julgar por estudos históricos, relativos ao êxodo rural ocorrido à época da acumulação do capital, uma facilidade, tornada disponível nas cidades, foi a da criação de padarias. Essas e outras mudanças tradicionais, que vieram a ser alteradas, quando as mulheres se tornaram operárias, foram estudadas, por exemplo, por Emma Griffin (2013).

Atualmente, no período do capitalismo financeirizado, também conhecido como neoliberal, a família nuclear com dois provedores (Fraser, 2015), combinada com a maternidade reduzida¹⁵, surge, para muitas, como o novo normal, adotado como prática que pode contribuir sensivelmente para a chamada conciliação, pela mulher, de trabalho produtivo e reprodutivo (Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo e Schulte, 2019). Aparentemente, a diminuição do número de filhos contribui para a diminuição da sobrecarga de trabalho feminina, que inclui, também, a busca por melhor divisão das tarefas domésticas com o parceiro e filhos maiores, a luta por salários menos defasados, em relação aos pagos aos homens, e a luta por políticas públicas, cujo espectro abrange desde acesso à contracepção sem riscos para a saúde e criação de creches públicas até leis que punam com rigor a violência doméstica e tornem o feminicídio crime hediondo.

Entretanto, a visibilidade das configurações diferenciadas, em relação ao modelo da família nuclear, tornou-se maior, a partir das décadas finais do século XX, por uma série de razões, nelas incluída a maior aceitação social das separações conjugais. Desse modo, a ausência do cônjuge, comumente do homem, deixou de pesar tanto para as mulheres, que passaram a assumi-la com menor constrangimento. Também as mudanças relativas aos costumes sexuais que, acompanhando os avanços das medidas contraceptivas, veio a desconstruir, em muitos grupos culturais, a exigência da virgindade feminina, e permitiu uma desconstrução da mãe solteira como destino fracassado que marcaria a mulher para sempre (Maia, 2007). Assim,

¹⁵ O modelo da maternidade reduzida corresponde à tendência a ter apenas um ou dois filhos (Scavone, 2001).

podemos afirmar, a partir da adoção da psicologia psicanalítica concreta como referencial, que a “mulher-mãe solo” surge, como condição viável, em contextos sociais menos conservadores e mais abertos, democráticos, inclusivos e solidários, a partir de mudanças nos imaginários coletivos. Assim, compreendemos que, em certos espaços sociais, não nos deparemos com condenações críticas à “mulher-mãe solo”, e sim com atitudes de franca admiração.

Aspecto não isento de importância, para essa nova configuração imaginativa, é o fato de a “mulher-mãe solo” não resultar apenas do abandono pelo parceiro, mas como já afirmado pode resultar também da tomada de decisão autônoma por parte da mulher, que pode envolver inclusive adoção unilateral ou uso de banco de esperma. Assim, tornar-se “mulher-mãe solo” tanto pode resultar, hoje, das circunstâncias de vida, como a daquela mulher que estava na fila da adoção e enviuvou durante a pandemia de covid-19, como a da moça que, com uma situação de vida estável, decide, como projeto de vida, engravidar por inseminação artificial e constituir uma família monoparental.

Aqui surge uma questão importante para os psicólogos clínicos de abordagem psicanalítica. Atualmente, novos conceitos sobre a mulher e a família coexistem com visões mais conservadoras. Por isso, os profissionais atendem pacientes com diferentes posicionamentos e arranjos familiares. No entanto, as principais teorias que embasam o trabalho psicanalítico, continuam em sua maioria, ligadas ao modelo conservador da família nuclear. Tais teoria não foram substituídas por reformulações que defendam e legitimem novas configurações familiares, pelo menos não na corrente principal do pensamento. O próprio Complexo de Édipo, considerado por Freud fundamental para a sanidade, está nitidamente associado à crença de que a família nuclear é a melhor para o amadurecimento psicológico. Essa visão sugere,

implicitamente, que a família monoparental, por exemplo, seria prejudicial ao desenvolvimento infantil.

A nosso ver, essa é uma questão altamente relevante, cuja resolução depende de elaborações teóricas que devem certamente repousar em estudos empíricos. É nessa perspectiva que pensamos estar realizando a presente pesquisa, trazendo uma contribuição pontual ao enorme esforço coletivo de produzir conhecimento sobre as condições requeridas para o amadurecimento pessoal das novas gerações, a partir de um recorte específico que enfatiza maior compreensão acerca do cuidado infantil, que hoje é praticado e imaginado como essencialmente maternal e secundariamente parental.

Assim, compreendendo a maternidade como sofrimento social, associada ao modelo de família nuclear e à divisão sexual do trabalho (Kergoat 2000/2009; Hirata & Kergoat, 2007; Federici, 1984/2017), defrontamo-nos com um problema de grande complexidade que apresenta várias facetas. Considerando a complexidade do fenômeno e buscando produzir conhecimento compreensivo, estabelecemos como objetivo da presente pesquisa investigar experiências vividas por “mulheres-mães-solo”, vale dizer, por mulheres-mães que não chegaram a se instalar ou não permaneceram em situação conjugal, seja legalmente formalizada ou não. Como veremos, esse estudo é importante não apenas pelo que pode aportar especificamente sobre as próprias “mães-solo”, como também porque pode potencialmente iluminar aspectos da maternidade, tal como geralmente se dá na sociedade em que vivemos. Buscando responder questões como: como se dá a experiência de maternidade das “mulheres-mães solo” estudadas nesta pesquisa? Quais “campos de sentido afetivo-emocional” se constelam no material estudado? e Quais contextos macrossociais influenciam a experiência das “mulheres-mães solo”?

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS

METODOLÓGICOS

Dedicado à explicitação da dimensão metodológica da pesquisa, ao redor da qual se articulará a dissertação de mestrado, o presente capítulo se divide em três seções. A primeira, intitulada “O Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa”, situa a visão, adotada pelo Grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, sobre uma particular forma de articulação entre psicanálise e pesquisa acadêmica. Dado que a Psicologia Psicanalítica Concreta, referencial à luz do qual usamos o método investigativo da psicanálise, propõe uma releitura de conceitos clássicos do campo psicanalítico, apresentamos, na segunda seção do capítulo, intitulada “Conceitos Fundamentais da Psicologia Psicanalítica Concreta”, definições dos termos conduta, campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional e imaginários coletivos. Além disso, abordaremos a noção de experiência vivida, que é fundamental, na perspectiva blegeriana, para o estabelecimento da psicologia como ciência humana. A terceira seção, “Procedimentos Investigativos” oferecerá uma descrição das etapas por meio das quais a pesquisa foi realizada, as quais correspondem a quatro diferentes procedimentos: o de produção do material de pesquisa, o de registro do material de pesquisa e o de interpretação do material de pesquisa e, finalmente, o de interlocuções reflexivas sobre os resultados interpretativos.

O Método Investigativo da Psicanálise na Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa, nas ciências humanas, tem como foco produzir conhecimento compreensivo, por meio da percepção acerca de sentidos afetivo-emocionais vividos por pessoas e coletivos. Compreender o significado que as

peças atribuem às suas condutas e às suas experiências é questão relevante, pois é em torno do que os acontecimentos significam que as pessoas conduzem seu fazer e seu modo de organização de vida (Turato, 2005).

Assim, a pesquisa qualitativa:

(...) não quer explicar as ocorrências com as pessoas, individual ou coletivamente, listando e mensurando seus comportamentos ou correlacionando quantitativamente eventos de suas vidas. Porém, ele pretende conhecer a fundo suas vivências, e que representações essas pessoas têm dessas experiências de vida. (TURATO, 2005, p. 509)

As pesquisas qualitativas são sempre realizadas a partir de referenciais teórico-metodológicos declarados. Entre as diversas abordagens compreensivas existentes, tais como a fenomenologia, o materialismo dialético ou a etnografia, entre outras, escolhemos a psicanálise, que é a perspectiva a partir a qual atuamos em nossa clínica. Assim, o presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa com uso do método investigativo da psicanálise.

O termo psicanálise foi descrito inicialmente por Freud (1933/1996) a partir da distinção entre três registros ou dimensões: a) como método de investigação b) como conjunto de teorias e c) como método de tratamento. A importância dessa diferenciação não deve ser subestimada, valendo lembrar que figura no verbete que define o termo psicanálise no Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis (1967/1991).

Classicamente, há uma tendência em descrever o método da psicanálise em termos de duas regras fundamentais: a atenção flutuante, que seria praticada pelo

analista, e a associação livre de ideias, que o paciente seria convidado a praticar. Essa não corresponde ao que significa usar o método investigativo da psicanálise, seja quanto estudamos produções culturais, como fez Freud (1907/1976; 1910/1970; 1914/1974) seja quando realizamos entrevistas psicológicas de pesquisa (Bleger, 1967/1995). Por outro lado, mesmo no que diz respeito ao tratamento psicanalítico, propriamente dito, essa descrição parece insuficiente, diante dos desenvolvimentos teórico-clínicos pós-freudianos.

De fato, vemos, por exemplo, que um autor como Bollas (1987/2015; 1989/1993; 1995), considera que, ao cultivar a atenção flutuante, o analista também associa livremente, participando de um diálogo inconsciente com o paciente. Mesmo pensando primariamente em termos de clínica, essa sua colocação parece-nos útil porque pode dar uma boa noção acerca do trabalho que o pesquisador faz diante daquele que entrevista, sem interpretá-lo, já que não se trata de um encontro de caráter psicoterapêutico, usando o método investigativo da psicanálise. Por outro lado, também esclarece sobre o que acontece no encontro do pesquisador com uma produção cultural, que, como sabemos, é sempre um objeto remanescente de atos humanos. Esse movimento interpretativo, que articula associação livre e atenção flutuante, atos do pesquisador psicanalítico e do psicanalista clínico, será detalhado, em termos de recomendações metodológicas, por Herrmann (1979), conforme descreveremos quando abordarmos o procedimento investigativo de interpretação do material de pesquisa¹⁶.

¹⁶ As recomendações de Herrmann (1979) são apresentadas na p. 66

Contudo, há ainda outras diferenças, que ampliam o entendimento dos passos constitutivos do método, quando adotamos a psicologia psicanalítica concreta, proposta por Bleger (1963/2012) como referencial. Na medida em que, nessa perspectiva não se valoriza apenas o produto verbal da tentativa de associar livremente, mas também o que se manifesta em outros registros expressivos da conduta, que correspondem à área do corpo vivido e à área de atuação no mundo externo (Bleger, 1963/2012). Complementarmente, a atenção flutuante se torna um estado de abertura e receptividade a qualquer manifestação da alteridade, em qualquer uma das áreas da conduta.

Um dos modos, pelos quais a articulação entre psicanálise e pesquisa se torna viável, vincula-se à compreensão de sua dimensão investigativa que é logicamente originária e primordial. Assim, quando entendemos que as teorias e o método psicoterapêutico derivam do método investigativo, adquirimos clareza sobre o fato do campo psicanalítico englobar múltiplas teorias e múltiplos métodos psicoterapêuticos, que não deixarão de se multiplicar, enquanto o método investigativo se mantém como invariante (Herrmann, 1979), mesmo quando compreendido mais ampla e profundamente para além do registro discursivo da fala e da escuta.

O método investigativo da psicanálise não implica a adoção de nenhuma teoria psicanalítica em particular, seja essa, por exemplo, a do complexo de Édipo, a do narcisismo, a das posições kleinianas, a do objeto transicional, ou a da *rêverie* bioniana. Entretanto, o método investigativo será sempre operado a partir de algum referencial teórico metodológico, ou seja, a partir do que Bleger (1963/2012) e Pichon-Riviere (1971/2005) denominaram Esquema Conceitual Referencial Operativo-ECRO. Tal esquema abrange tanto o referencial teórico propriamente dito, que no nosso caso é a psicologia psicanalítica concreta, como o posicionamento ético-político, a história

de vida, a personalidade e o que hoje se define como lugar de fala (Ribeiro, 2019; López & Lopes, 2022)

Entretanto, mesmo admitindo que o Esquema Conceitual Referencial Operativo-ECRO vai muito além do referencial teórico propriamente dito, não podemos deixar de defini-lo com precisão, começando por situá-lo no campo psicanalítico. Esse pode ser compreendido, de forma satisfatória, a partir da proposta de trabalho de Greenberg e Mitchell (1983/1994), que identificaram a vigência, no campo psicanalítico, de dois paradigmas distintos entre si, que podem ser observados já na obra freudiana: o pulsional e o relacional. O paradigma pulsional está pautado na metapsicologia freudiana, que investiga os fenômenos partir de uma perspectiva focada na vida intrapsíquica e centrada no indivíduo e em suas pulsões. Já o paradigma relacional enfatiza a importância das relações vinculares, tanto nos processos de constituição do *self* como ao longo de toda a vida, que é compreendida, em sua dimensão afetivo-emocional, como dramática vincular.

Politzer (1928/1998) parece ter sido pioneiro na percepção desses dois modelos na obra freudiana. Foi, aliás, por esse motivo que veio a criticar a psicanálise que, a seu ver, apresentava uma duplicidade, constituída pela presença de polos discursivos incoerentes e contraditórios: uma vertente fiscalista, coisificante, denominada metapsicologia, e uma vertente relacional e dramática, que se vinculava aos encontros inter-humanos por meio dos quais se faziam os atendimentos clínicos. Essa crítica, por outro lado, não o impediu de celebrar a emergência da psicanálise como uma revolucionária ciência da primeira pessoa, coisa que mais tarde viria a repudiar, referindo-se a ela como ciência burguesa (Politzer, 1939/2022).

De todo o modo, cabe destacar que, diante do que via de promissor na Interpretação dos Sonhos (Freud,1900), Politzer (1928/1998), chegara a uma conclusão: urgia abandonar a especulação metapsicológica e desenvolver a vertente relacional concreta, que compreendia o sonho à luz da experiência vivida inconscientemente pelo sonhador. Essa, que lhe parecia a melhor solução, não ganhou adeptos durante décadas, de modo que uma grande maioria dos autores, que queriam ser reconhecidos como pertencentes ao movimento psicanalítico, manteve-se fiel ao exemplo freudiano, tentando acomodar visões pulsionais com visões relacionais.

Por outro lado, não podemos esquecer que muitos outros autores, manifestaram reservas quanto às ideias metapsicológicas e, por esse motivo, afastaram-se da psicanálise, deixando de se identificar como freudianos. Dentre esses, muitos criaram outros referenciais compreensivos, sejam junguianos, reichianos, adlerianos, culturalistas ou existenciais – entre muitos outros.

Durante décadas, as palavras do filósofo permaneceram infecundas, ainda que sua obra continuasse a ser bastante lida nos círculos intelectuais franceses (Mariguela, 2005). Curiosamente, seu livro acabou recebendo a atenção de psicanalistas argentinos, que se debruçaram sobre a obra e aderiram à proposta de uma psicologia concreta, que teorizaria em termos puramente relacionais. O mais entusiasta dos seus leitores foi, sem dúvida, aquele que escreveria um livro com a finalidade de apresentar sua obra: José Bleger (1958/1988). Nascia, assim, o que hoje conhecemos como psicologia psicanalítica concreta, perspectiva que brilhou no cenário teórico latino-americano, articulando-se com posicionamentos ético-políticos de uma esquerda democrática e voltada a lutas por igualdade social. Contudo, o golpe militar argentino de 1966 resultou no banimento dos adeptos da psicologia

psicanalítica concreta da universidade, fato que, conjugado com a chegada do lacanismo, silenciou aqueles que não se converteram imediatamente à nova ordem¹⁷.

Contudo, a questão da supressão das teorias metapsicológicas surgiu, de modo independente, nas décadas finais do século XX, em solo americano e em ambiente universitário, principalmente a partir de um grupo de psicanalistas liderados por Stephen A. Mitchell (1988). A partir dos esforços desse grupo¹⁸, veio a se formar um movimento denominado abordagem relacional contemporânea, coordenado pela International Association for Relational Psychoanalysis and Psychotherapy (IARPP), do qual o próprio Bleger veio a ser considerado como precursor (Lieberman, 2014)¹⁹.

Sob o paradigma vincular, abriga-se hoje uma grande variedade de vertentes teóricas psicanalíticas, já que, na fase atual do movimento psicanalítico parece crescer uma tendência a valorizar convergências ao invés de estimular o fechamento em escolas teóricas isoladas umas das outras. Apesar da multiplicidade saudável, que aí reina, segue predominando um modo de pensar o relacional como emergente de contextos microssociais, especialmente a família, fato que provavelmente se deve ao predomínio do enquadre individual de tratamento.

¹⁷ Muitos adeptos do pensamento blegeriano vieram a se refugiar no movimento argentino de saúde mental, fato compreensível já que a psicologia psicanalítica concreta valorizava um maior comprometimento dos profissionais “psi” com a saúde mental pública (Vezzetti, 1971/2011).

¹⁸ Ver Mitchell & Aron (1999): *“Relational Psychoanalysis: The Emergence of a Tradition.”*

¹⁹ Não apenas Bleger, mas também Winnicott veio a ser reconhecido como precursor dessa abordagem por Sainz-Bermejo (2018). Essa ideia não surpreende se lembrarmos que, entre nós, Fulgencio (2014) veio a argumentar no sentido de que a obra do psicanalista inglês pode ser considerada a realização de um projeto de psicanálise fenomenológica. Cabe, no entanto notar, que o inglês pensa relacionamente mas se limita à consideração de contextos microssociais como a família.

Esse predomínio preocupa aqueles que, voltados para o estudo e para práticas de superação de sofrimentos sociais, valorizam o cuidado emocional de pacientes que são alvo de opressões sociais. Nesse ponto, a contribuição de Bleger (1963/2012), que denominamos psicologia psicanalítica concreta, ganha destaque. Adotada pelo Grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, onde se insere o presente trabalho, essa vertente psicanalítica se diferencia, das demais abordagens relacionais, por entender que a dimensão vincular está sempre complexamente relacionada com os contextos macrossociais nos quais se insere. Para Bleger (1963/1984), o ser humano é *essencialmente* social, não podendo ser compreendido sem que levemos em consideração que influencia e é influenciado não apenas pelas dinâmicas relacionais mais próximas, como também pelo contexto macrossocial²⁰. Para Bleger (1963/2012), não existe uma dimensão individual à qual se acrescenta uma dimensão social, mas um amplo processo de desenvolvimento social que *produz* a personalidade individual enquanto singularidade que, paradoxalmente, jamais deixará de ser *coexistência* com os demais²¹.

²⁰ No que diz respeito à nossa pesquisa, voltada ao estudo de mulheres-mães, a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta nos faz levar em conta não apenas as relações entre a mulher e seus pais ou sua família, mas o fato de viver sob uma ordem patriarcal capitalista racista. Nessa linha, uma eventual fantasia de uma menina de que sua mãe preferiria que ela fosse um menino, por exemplo, não será compreendida levando em conta apenas as subjetividades individuais, mas também o ambiente social.

²¹ Para Bleger (1963/2012) vigora, em nossa sociedade, o mito do indivíduo isolado, de largo uso ideológico, segundo a ilusão da meritocracia. De acordo com esse mito, a vida de cada um seria independente do acontecer social e determinada tão somente por fatores internos, pessoais, constitucionais.

A partir de tal reconhecimento, mesmo quando estudamos a experiência vivida dos indivíduos, ou seja, a dramática do seu viver singular, nunca perdemos de vista que se dá em campos vinculares e em contextos macrossociais. Neste sentido, ao investigar o fenômeno da maternidade, nosso interesse se focaliza nas experiências vividas por cada mulher-mãe, mas também se estende à compreensão das articulações entre essas experiências e as estruturas sociais nas quais estão inseridas. Trata-se de analisar como as dinâmicas de influência mútua entre experiência vivida, sempre atravessada pela situação interseccional, e estrutura social, que são mediadas, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, pelo que circula nos imaginários coletivos.

Conceitos Fundamentais da Psicologia Psicanalítica Concreta

Dado que já apresentamos a psicologia psicanalítica concreta como um referencial que se inscreve no campo da psicanálise relacional contemporânea, passamos, a seguir, a apresentar seus principais conceitos: conduta e “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” e posteriormente o conceito de “imaginários coletivos”. Também discorreremos sobre o conceito de experiência vivida que corresponde à visão de dramática pela qual se define a perspectiva propriamente

psicológica de abordagem das manifestações dos seres humanos concretos²².

Bleger (1963/2007) argumenta que todas as ciências humanas compartilham o mesmo objeto de estudo: os atos dos seres humanos em sua existência concreta. A diferenciação entre elas reside nos recortes específicos por meio dos quais abordam a complexidade do humano (sejam tais recortes econômicos, culturais, geopolíticos ou afetivo-emocionais, entre outros). Essa perspectiva de Bleger (1963/2012) insere-se no quadro da psicologia psicanalítica concreta, uma abordagem que articula a psicanálise com o materialismo dialético. Tal abordagem fundamenta-se na ontologia do ser social (Lukács, 1978/2013; Lessa, 2015), que reconhece três esferas de realidade (inorgânico, orgânico e social), cada qual regida por legalidades distintas.

O conceito de conduta ao qual nos referimos é compreendido, no contexto do pensamento blegeriano, para além da noção de *behavior* como reação aos estímulos externos. Sua visão é herdeira do pensamento psicopatológico francês, pelo qual a “*conduite*”, após longo percurso, adentra no campo psicanalítico para ser considerada, por Lagache (1948/1986), como objeto de estudo da própria psicanálise. É precisamente nessa ideia que Bleger (1963/2012) vai se inspirar, para articula-la com a proposta politzeriana.

²² É importante esclarecer que Politzer (1928/1998) propusera o conceito de drama para referir o objeto de estudo da psicologia concreta. Bleger (1958) usa esse conceito na primeira obra em que se debruça sobre o pensamento do filósofo. Contudo, ao dar-se conta de que uma visão ontológica, baseada na dialética materialista, exigia admitir que todas as ciências humanas compartilhariam um único e complexo objeto de estudo, que recortariam em termos de conjuntos de aspectos, qualidades e características, o psicanalista percebeu que a palavra drama se adequava a estudos psicológicos, mas não a estudos sociológicos, políticos, históricos, etc. Passou a usar o termo conduta para designar o objeto de estudo de todas as ciências humanas e a usar o termo drama para referir a dimensão afetivo-emocional pela qual se interessa a psicologia.

Conotando toda a atividade humana, a conduta não se limita aos movimentos externos, para abranger o próprio acontecer humano, no sentido de referir todos os eventos e fenômenos da esfera ontológica sócio-humana (Lukács, 1978/2013). Nessa linha de pensamento, Bleger (1963/2012) afirma que a conduta também inclui os produtos remanescentes dos atos humanos, como, por exemplo, um edifício de apartamentos ou escritórios. Resultado de projetos, cálculos, operação de máquinas e trabalho braçal, o edifício é conduta, pois não existiria caso houvesse apenas ser inorgânico e ser orgânico. A conduta humana precisa expressar-se nas áreas, mental, corporal e de ação sobre a materialidade do mundo para que um edifício possa passar a existir.

Quando estudada pela psicologia, a conduta será vista como experiência vivida por personalidades individuais ou coletivas – seja a experiência vivida por uma determinada mulher-mãe ou pela, digamos, mulher corinthiana, essa última uma personalidade coletiva transindividual. Sabemos que a mulher corinthiana pode, por exemplo, fazer aumentar as vendas de produtos com o emblema do time, em tempos de entusiasmo, como a paulistana apavorada pode sair menos à noite do que a mulher parisiense. Estamos, assim, nesses casos, diante de personalidades coletivas que, sendo transindividuais, não habitam um corpo biológico único, mas que sentem, pensam e agem.

Portanto, ao mesmo tempo em que propõe que a conduta seja reconhecida como objeto de estudo de todas as ciências humanas, Bleger (1963/2012) assume que sua abordagem, desde a perspectiva da experiência vivida, tanto consciente como inconscientemente, corresponde ao objeto de estudo da psicologia. A compreensão do que significa tratar a conduta como experiência vivida passa pela definição deste último termo. Recorreremos brevemente a Amatuzzi (2007), dado que

o conceito de experiência vivida foi extensamente desenvolvido pela psicologia fenomenológica. Cabe destacar que essa aproximação com a fenomenologia é coerente com a própria obra de Bleger (1963/2007), cuja psicologia psicanalítica concreta, em sua teorização relacional, é visivelmente marcada por um estilo fenomenológico.

A fenomenologia estabelece uma distinção importante entre "experiência" e "vivência". Conforme explorado por Amatuzzi (2007), a "vivência" refere-se ao impacto imediato e bruto de um encontro com a realidade, ocorrendo antes de qualquer processamento mental ou reflexão. A "experiência", por sua vez, é algo mais elaborado. O autor observa que essa distinção já se insinua na própria etimologia do termo "experiência", que pode significar tanto o conhecimento adquirido pela prática quanto a dimensão emocional subjacente a esse saber. Assim, Amatuzzi (2007) conclui que um conhecimento experiencial autêntico só é formado quando o contato inicial com o real - a vivência - é posteriormente submetido a uma elaboração reflexiva.

No contexto da psicologia psicanalítica concreta, o conceito de "experiência vivida" aproxima-se bastante do de "vivência", ou seja, o contato imediato e pré-reflexivo com a realidade. Conforme apresentado na figura- 01 que apresenta o diagrama dos campos, tal como apresentado por Bleger (1963/2012, p. 38). Seguindo essa distinção, Bleger (1963/2012) vai considerar que o acontecer humano ultrapassa muito aquilo de que podemos ter consciência, do mesmo modo como percebemos muito mais do que podemos registrar como percepção consciente²³. Existem, aliás,

²³ Tal como o conceito de "conhecido não pensado" que refere que registros implícitos profundos, derivados de experiências pré-verbais ou dissociadas, moldam o *self*, manifestando-se sem serem simbolizados conscientemente (Bollas, 1987/2015).

relatos impressionantes desse fato, tal como, por exemplo, aquele que nos faz o filho do filósofo Politzer que, recuperou, por meio dos sonhos que teve como idoso, percepções infantis que, ao que tudo indica, dificilmente teriam chegado a se tornar conscientes no período em que era criança, mas que mesmo assim o teriam marcado (Politzer, 2013)²⁴.



Figura 01 – Diagrama 3D – Subestruturas de campo - baseado em Bleger (1963/2012, p. 38)

²⁴ Este é um assunto vasto, do qual não podemos aqui nos ocupar. Entretanto, basta lembrar, com Winnicott, que o bebê humano é extremamente sensível, mas, não estando ainda constituído como um self, em estado de continuidade de ser, não pode se tornar consciente do que o atinge, desde seu próprio organismo ou desde o ambiente. Não deixará de ser afetado e de guardar marcas dessa afetação, mas não as viverá como experiência consciente.

Dentro da psicologia psicanalítica concreta de Bleger (1963/2012), o conceito de “campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional” é central. Ele é definido como um espaço psicológico dinâmico, não individual, mas compartilhado, que se forma na relação entre as pessoas. Este campo é constituído por uma trama de crenças, valores e afetos, podendo ser de origem conscientes ou não. A configuração desse campo — que pode ser estável e duradoura ou, ao contrário, momentânea e transitória — estabelece o “clima” emocional de uma situação. É fundamental notar que, para Bleger (1963/2012), as condutas não surgem do vácuo, mas emergem desse campo, sendo uma resposta às tensões e significados afetivos ali presentes. Aiello-Fernandes (2013) corrobora essa visão, descrevendo esses campos como “mundos” ou “ambientes psicológicos” construídos social e humanamente.

No âmbito da pesquisa, os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” emergem inicialmente no encontro entre pesquisador e participante e, posteriormente, no encontro que o pesquisador faz com o material narrativo oriundo deste encontro. A própria ideia de campo surgiu, na psicanálise, a partir das contribuições de Madeleine e William Baranger (1961/1994), de Bleger (1963/2012) e, entre nós, de brasileiro Fabio Herrmann (1979). Embora todos tenham percebido o fenômeno se constelar na sessão de psicoterapia psicanalítica, o argentino e o brasileiro souberam tirar consequências sobre os seres humanos para além do contexto clínico, adentrando no campo social.

A partir da psicologia psicanalítica concreta, o ato de interpretar equivale a criar/encontrar “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocionais”, compreendidos como inconsciente que acontece *entre* personalidades individuais e coletivas (Aiello-Vaisberg, 2017). Os “campos de sentido afetivo emocional” são o modo peculiar a partir do qual a psicologia psicanalítica concreta concebe a noção de

inconsciente, deixando de compreendê-lo como instancia intrapsíquica individual para concebê-lo como campo intersubjetivo inserido em contextos macrossociais. *“Produzir interpretativamente campos de sentido afetivo-emocional, que se constelam na realidade social, pode iluminar modos de vida que determinam exclusão, discriminação, humilhação e sofrimento”* (Assis et al, 2022, pág. 07).

Cabe esclarecer que, apesar de ser estarmos aqui definindo dois diferentes conceitos, conduta e “campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional”, nenhum deles é uma *coisa* fixa e absolutamente separada do outro:

(...) não existem diferenças ontológicas entre conduta e campo, na medida em que ambos são constituídos por atos humanos. Usamos o termo conduta quando nos interessamos por focalizar uma certa manifestação como ato, como ação, e lançamos mão do termo campo ou campo de sentido afetivo-emocional quando focamos ambientes vivenciais, habitados por indivíduos e grupos, que, resultando de atos, perduram no tempo, constituindo-se como uma espécie de fundo coexistencial a partir do qual emergem novas condutas. (Assis et al, 2022, pag 08).

Tendo apresentado os conceitos de conduta e campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional seguiremos para conceito de “imaginário coletivo”. O termo imaginário é muito utilizado nas ciências humanas em geral para referir imagens que habitam o mundo humano tanto em dimensões compartilhadas como em dimensões aparentemente internas²⁵, como a atividade onírica. Porém não há consenso quanto

²⁵ O advérbio aparentemente serve, aqui, para nos lembrarmos de que o mundo compartilhado nunca deixa de se presentificar nos sonhos, como demonstram estudos de sonhos de pessoas que estiveram em campos de concentração nazista ou padeceram os efeitos da perseguição política em nosso país no tempo da ditadura militar (Endo, 2018).

à sua definição, sendo essencial que cada pesquisador deixe claro qual é o sentido específico que está atribuindo a esse conceito.

A partir da percepção ampliada de que campo não se refere apenas ao âmbito da clínica, mas pode ser pensada a partir do campo social (Bleger, 1963/2012 e Herrmann, 1979), podemos chegar à concepção de imaginários coletivos como ambientes psicológicos que se instauram em espaços sociais maiores ou menores sob a forma de crenças que são tomadas como verdades ou, como diria a sociologia fenomenológica, o modo de crenças inquestionáveis sobre como “as coisas são” (Schultz & Luckmann 1973/2001). Podemos, então, compreender que, no mundo contemporâneo, vigorem, em diferentes espaços sociais, imaginários mais ou menos conservadores, mais ou menos preconceituosos, mais ou menos hostis, digamos, para as mulheres. Algumas podem, num único dia, transitar por diferentes lugares sociais, nos quais vigoram diferentes imaginários, ou permanecer prisioneiras de um mesmo conjunto de crenças imaginativas.

O conceito de imaginário coletivo que utilizamos, foi originalmente proposto por Aiello-Vaisberg (1999), a partir da perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, para designar conjuntos de crenças, de cuja veracidade não se dúvida, a partir das quais se configuram “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”, que ora se materializam sob forma de condutas, ora se materializam sob forma de “campos de sentido afetivo-emocional”. Quando uma pessoa branca atravessa a rua porque percebe que vem, em sua direção, um grupo de adolescentes negros, mesmo sem chegar a tomar consciência plena do motivo de seu ato, estamos diante de uma conduta que emerge a partir de um campo no qual vigora a crença de que os brancos devem evitar as pessoas negras. Ao mesmo tempo em que age, no espaço urbano, essa pessoa se encontra em um campo imaginativo racista, que já estava

potencialmente presente, quando essa pessoa branca saiu de casa, mas se atualizou quando se defrontou com o grupo de adolescentes na calçada.

Nosso Grupo de Pesquisa tem uma produção apreciável de pesquisas empíricas sobre imaginários coletivos²⁶, muitas das quais se articulam ao redor do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (Gallo-Belluzzo, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg, 2018). Esse conjunto de investigações — cujas contribuições foram reconhecidas por Rosa, Lima, Peres e Santos (2019), com base em uma rigorosa revisão integrativa, tem propiciado conhecimento relevante e significativo, tanto para pautar práticas psicoterapêuticas e psicoprofiláticas, como em termos de contribuir com subsídios para o debate social sobre os sofrimentos sociais vividos por diferentes coletividades, em especial, grupos sociais marcados por discriminação, exclusão e humilhação (Ambrósio, Aiello-Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2013).

Nas pesquisas que realizamos, os imaginários coletivos, são em geral despertados ou ativados a partir de demandas, que fazemos aos participantes ou a materiais selecionados, que focalizam condutas específicas, que buscamos compreender psicanaliticamente. Compreender psicanaliticamente é, para nós, propor interpretativamente campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional que subjazem às condutas, vale dizer, que crenças estão, a cada momento, sendo tomadas como verdades - “o modo como as coisas são de fato” na realidade humana.

Nosso interesse pelas crenças deriva do pressuposto, que se funda em ensinamento blegeriano, conforme o qual as condutas não derivam tão somente de

²⁶ Para uma visão acerca do conjunto dessas pesquisas, recomenda-se consulta ao lattes da orientadora - <http://lattes.cnpq.br/4670585523085617>

causalidade interna, de uma suposta natureza individual imutável, mas são tributárias das situações que se constelam intersubjetivamente na vida, tal como se define a partir do contexto social mais amplo que, no nosso caso, é o patriarcado capitalista racista. Então, não acreditamos que se possa alcançar uma compreensão suficiente, por exemplo, acerca da frustração de uma mulher que é mãe de 6 filhas, pela via de uma suposta personalidade competitiva, cuja gênese se desconhece, talvez oriunda da uma relação difícil com a própria mãe, que a motivaria a odiar as filhas, sem levar em conta que vivemos num patriarcado, no qual filhas evidentemente valem menos do que filhos. Privilegiar o interno, o intrapsíquico, o *desejo*, pode ser uma forma de subestimar o quanto somos influenciados pelas crenças socialmente compartilhadas, contribuindo para que não se desenvolva um senso crítico que questione e proponha mudanças.

A questão da pobreza é um caso emblemático em nosso país. O imaginário meritocrático, percebido por Kopanakis (2022) em sua tese de doutorado, leva adolescentes, que se encontram em formação como futebolistas, em clubes profissionais, a acreditar que tudo depende do esforço pessoal – mesmo vendo quão difícil e improvável é a profissionalização nesse setor esportivo. Esforçam-se muitas vezes além da conta, a partir de autoexigência extrema e se sentem muito culpados quando não alcançam suas metas. Olham para os supercraques, sem enxergar a enorme quantidade de jovens que tentaram arduamente, mas não conseguiram se tornar jogadores profissionais. O imaginário meritocrático serve para que as populações subalternizadas não enxerguem que sua situação não resulta de falta de esforço pessoal, mas que a luta contra a miséria suga energias e inclusive dificulta muito o estudo, sem contar que a escola pública, quando está disponível, é de baixa qualidade.

Na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta não se nega a capacidade de agência da pessoa individual, algo que existe e se encontra na base das lutas empreendidas pelos movimentos sociais. Entretanto, como não concebemos um indivíduo que se plasma unicamente a partir de si mesmo, mas sim, como indica Winnicott (1958/2021; 1965/2022 e 1971/2019) a partir do encontro de um potencial com o ambiente humano, optamos por renunciar ao simplismo inerente ao conceber o psiquismo individual como causa única ou principal da conduta.

Procedimentos Investigativos

No presente estudo, o método investigativo da psicanálise foi operacionalizado, à luz da psicologia psicanalítica concreta, em termos da distinção de três etapas investigativas: produção, registro e interpretação do material de pesquisa. Tal operacionalização permite, a nosso ver, facilitar o compartilhamento do trabalho com leitores que aderem a outras vertentes psicanalíticas ou a referenciais compreensivos não psicanalíticos.

Quando nos referimos ao procedimento investigativo de produção de material de pesquisa, adotando a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, temos claro que as declarações de pessoas entrevistadas, desenhos-estórias elaborados por participantes, manifestações de internautas ou produções culturais, em si mesmos, não devem ser considerados como materiais de pesquisa, no sentido estrito dessa expressão. Nosso entendimento se baseia na consideração de que, quando trabalhamos na produção de conhecimento compreensivo, visando a compreensão de sentidos que só ocorrem na esfera ontológica social humana (Lukács, 1978/2013;

Lessa, 2015), o pesquisador deve ser radicalmente incluído no acontecer por meio do qual aquilo que investiga provavelmente se expressa. Portanto, nosso material é produzido no encontro entre pesquisadoras e alteridade expressiva, que pode ser designada, a bem da clareza, como “fonte do material de pesquisa”²⁷.

Decidimos, num primeiro momento, estudar produções culturais, que versassem sobre nosso problema de pesquisa, expressando posicionamentos atualmente presentes no mundo social em que vivemos atualmente. Sendo assim, nos dispomos a utilizar manifestações de conduta que tem lugar no ambiente da internet, o qual se caracteriza por permitir que seus autores se dirijam ao grande público.

Como sabemos, o criador da psicanálise inaugurou a prática do uso do método investigativo da psicanálise no estudo de produções culturais. Tornaram-se, assim, memoráveis, textos tais como *Delírios e Sonhos na Gradiva de Jensen* (Freud, 1907/1976), *Leonardo da Vinci e uma Lembrança da sua Infância* (1910/1970) e *O Moisés de Michelangelo* (Freud, 1914/1974), bem como a *Autobiografia de um Caso de Paranóia* (Freud, 1911/2010). Ainda que esses trabalhos não correspondam a casos clínicos propriamente ditos, pesquisadores das ciências humanas não terão dúvida em afirmar que correspondem a preciosos estudos de caso.

Realmente, os estudos de caso são tradicionalmente comuns no campo da psicanálise, desde sua inauguração (Sanches Peres e Santos, 2005), tanto quando o termo caso é aplicado ao estudo de pacientes, como quando aplicado a obras artísticas ou produções culturais. Seu uso também é comum como estratégia

²⁷ Na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta blegeriana, faz sentido distinguir “material de pesquisa” e “fonte do material de pesquisa”. Essa última, no presente caso, é uma produção cultural, um vídeo que traz depoimentos de três mulheres. Por outro lado, o “material de pesquisa” propriamente dito é o encontro que se dá entre a pesquisadora e a “fonte do material de pesquisa”, que é registrado sob forma de uma narrativa transferencial

metodológica nas ciências humanas e sociais, sendo considerado valioso por possibilitar uma investigação mais detalhada e mais próxima dos fenômenos estudados, contribuindo para uma compreensão mais ampla do acontecer humano em diferentes recortes disciplinares, sociológicos, antropológicos, históricos ou geopolíticos entre outros.

Segundo Peres e Santos (2005), o estudo de caso não deve ser visto como uma metodologia inferior ou meramente exploratória, mas como uma forma legítima de produção de conhecimento científico, especialmente quando há uma preocupação com o rigor teórico e metodológico. Os autores destacam que os estudos de caso possibilitam uma aproximação detalhada com os sujeitos da pesquisa, permitindo ao pesquisador captar nuances que dificilmente seriam percebidas por métodos mais generalistas. Afirmam que: “*o estudo de caso é apropriado quando se deseja explorar o como e o porquê de determinado fenômeno*” (Peres e Santos, 2005, p. 112). Isso faz com que essa estratégia seja especialmente útil em contextos clínicos, educacionais e institucionais, onde os dados qualitativos têm grande relevância.

Ressaltamos que, ao adotarmos a estratégia de estudo de caso, não estamos focalizando a criação de respostas ou teorias generalistas que buscam responder de forma definitiva as questões de “como” e “porquê”, mas buscando produzir um conhecimento compreensivo, que partindo da experiência concreta das pessoas, busque compreender os sentidos afetivos-emocionais das experiências vividas. Contudo, concordamos com os autores quando afirmam que os estudos de caso não nos dispensam, como podem pensar alguns, de planejamento à luz do problema de pesquisa em pauta, em busca de alinhamento adequado entre a estratégia do estudo de caso e os objetivos de pesquisa.

Tendo decidido que o nosso problema de pesquisa poderia ser satisfatoriamente abordado por meio de um estudo de caso de produção cultural, disponível ao grande público via internet, percebemos que esse tipo de “fonte de material” existe, atualmente, em razoável quantidade. Por essa razão, estabelecemos dois critérios de seleção: a) primeiro deles diz respeito à apresentação, num registro manifesto, da problemática em estudo, vale dizer, a “maternidade solo”; b) o segundo critério o diz respeito ao impacto contratransferencial vivido diante dos vídeos que atenderam ao critério anterior.

O primeiro critério foi estabelecido por questões óbvias de praticidade pois, se bem o assunto da “maternidade solo” possa surgir em variados contextos, de forma colateral, faz sentido buscarmos fontes de material já voltadas para sua abordagem. O segundo critério faz jus a alguns comentários e explicações, sobretudo porque a seleção a partir de impactos transferenciais pode causar estranheza entre aqueles que se encontram mais ou menos influenciados por uma visão positivista de ciência.

Inicialmente, vale a pena atentar para o fato de que, em toda investigação baseada em estudos de caso, em todas as áreas do conhecimento o impacto contratransferencial, esteja ou não consciente para o pesquisador, está em jogo. Trata-se de um aspecto subjetivo intrínseco ao uso do estudo de caso, provavelmente ligado não apenas a escolhas teóricas, clínicas e ideológicas, mas também a estilo e história individual daquele que empreende a pesquisa.

No que tange, especificamente, a pesquisas qualitativas com o método investigativo da psicanálise, podemos compreender a importância e legitimidade do critério contratransferencial, lembrando que a seleção é sempre efeito do Esquema Conceitual Referencial Operativo - ECRO, do qual nenhum pesquisador pode estar totalmente consciente. Esse efeito se traduz como impressão subjetiva, e até certo

ponto intuitiva, de que aspectos fundamentais do fenômeno em estudo se expressam no caso escolhido. Por seu turno, essa impressão inicial será, a seguir, compartilhada com os integrantes do Grupo de Pesquisa, no âmbito do qual o trabalho se desenvolve, adquirindo, ou não, uma validade intersubjetiva.

O reconhecimento de que a escolha do caso a ser estudado contém forte carga subjetiva – e intersubjetiva - não invalida a possibilidade de produção de conhecimento útil e rigoroso – no sentido de fruto do correto manejo do método investigativo da psicanálise e do cultivo de postura crítica. Por outro lado, reconhecer as bases subjetivas desse processo de produção de conhecimento é algo de profundo valor porque nos lembra de que toda pesquisa é empreitada humana, atividade de seres humanos concretos e situados, que desconhecem boa parte daquilo que determina sua própria conduta²⁸. Por esse motivo, todo conhecimento científico é necessariamente provisório e está sempre sujeito a revisão – mesmo que mantenhamos firmes nossas bases ético-políticas que, evidentemente, são parte relevante do esquema conceitual referencial operativo (ECRO).

Observando esses dois critérios, chegamos ao vídeo “Solo-documentário”, que consiste na apresentação de três relatos sobre a experiência vivida como “mãe solo”. Trata-se de um documentário, gratuitamente disponibilizado pelo YouTube, produzido de forma independente por Alice Guedes (2018). Sua duração de 25 minutos facilita a

²⁸ Cabe lembrar que a condição existencial humana de desconhecimento da realidade impacta as tentativas de produzir conhecimento confiável sobre as três esferas ontológicas: a inorgânica, a orgânica e a humana (Lukács, 1978/2013). Entretanto, quando lida com os mundos inorgânico e orgânico, o uso de abstrações, por meio dos quais os fenômenos possam ser pensados como “coisas”, permitem avanços que resultam em ganhos tecnológicos (Bleger, 1963/2012). Os mesmos artifícios não funcionam na esfera ontológica humana, na qual estaremos tanto mais seguros quanto mais pudermos aceitar incertezas e cultivar posicionamentos ético-políticos que nos façam sentindo.

realização de diversas exposições em estado de atenção flutuante e associação livre de ideias, uma vantagem interessante no tipo de pesquisa que aqui apresentamos.

Uma vez que o material da pesquisa é o encontro, buscamos uma forma de registro desse acontecer que possa ser compartilhada, tendo em vista responder ao procedimento investigativo de registro do material de pesquisa. Por esse motivo, nosso Grupo de Pesquisa “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade” não trabalha com transcrição de falas contidas em vídeos e o uso de gravações em áudio, no caso de entrevistas, porque desse modo só teríamos registrado a “fonte do material” e não o material de pesquisa propriamente dito. Por esse motivo, usamos, desde o início do século, uma elaboração que denominamos narrativas transferenciais (Aiello-Vaisberg e Machado, 2005; Aiello-Vaisberg et al, 2009). Sendo assim, é expressivo o número de teses, dissertações e artigos publicados que fazem uso desse tipo de narrativas²⁹ o que significa, na prática, que as bancas de defesa, e os pares que avaliam artigos para publicação, têm considerado essa uma forma legítima de registro, compreendendo que se funda na busca de coerência metodológica, epistemológica e ontológica, segundo as diretrizes postuladas por Bleger (1963/1984) para a psicologia psicanalítica concreta. Contudo, vale lembrar que não é somente no referencial teórico-metodológico psicanalítico que fazemos uso do registro por meio de narrativas. Temos um exemplo bastante interessante entre nós na produção de Vera Engler Cury, cujos orientandos vem usando narrativas, no marco de uma perspectiva fenomenológica³⁰.

²⁹ Ver rodapé 11

³⁰ Os leitores interessados podem obter uma visão ampla sobre essa produção acessando o lattes da autora através do seguinte link: <http://lattes.cnpq.br/3414308343809480>

As narrativas transferenciais - que são o próprio material da pesquisa - devem ser elaboradas após os sucessivos encontros com a “fonte do material” – o vídeo - durante os quais a atenção flutuante e a associação livre de ideias são colocadas em marcha. Assim, depois de se permitir o encontro com a “fonte do material”, seja o conjunto de participantes de entrevistas de pesquisa ou, como no presente caso, relatos de mulheres que são acessíveis por meio de um documentário, a pesquisadora escreve uma narrativa igualmente pautada no método psicanalítico, vale dizer, em estado de cultivo da atenção flutuante e da associação de ideias. Esse tipo de narrativa guarda semelhança com o que geralmente adotamos, na cultura em que vivemos, quando contamos nossos sonhos (Aiello-Vaisberg, 1999).

Os relatos de sonhos mesclam, usualmente, a narrativa do que aconteceu, em termos de verbalizações e movimentos, com impactos afetivo-emocionais e associações ideativas vividas pelo sonhador durante e após o desenrolar das cenas oníricas. Similarmente, ao elaborar a narrativa do seu encontro com a “fonte do material”, o pesquisador relatará o que percebeu e do que viveu, em dois momentos: durante a e após a exposição do vídeo (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005). Desse modo, compartilhamos com o leitor o encontro tal como experienciado pelo pesquisador, de acordo com o uso do método investigativo da psicanálise.

Após a realização das narrativas, ocorre o procedimento investigativo de interpretação do material, realizado de forma coletiva no grupo de pesquisa a partir da criação/encontro dos “campos de sentido afetivo-emocional”, que concebemos como resultados interpretativos. Como apontado anteriormente, sendo os “campos de sentido afetivo-emocional” nem sempre conscientes, utilizamos o método psicanalítico para criá-los/encontrá-los, mantendo-nos em estado de associação livre e atenção flutuante ampliada, na medida em que não nos mantemos apenas no registro

discursivo, mas levamos em conta a comunicação emocional que se dá para além do conteúdo da fala, incluindo gestualidade, mímica, posicionamento corporal, inflexões e música da voz, enfim, tudo aquilo a partir do que podemos captar a experiência vivida pelas pessoas. Nessa etapa, deixamo-nos guiar pelas palavras de ordem de Herrmann (1979/2001, p.40): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração do sentido afetivo-emocional emergente”.

Com “deixar que surja” nos referimos à postura do(a) analista ou pesquisador(a) que se envolve com o material de estudo de forma sensível e receptiva, permitindo ser afetado por ele, na expectativa de que novos sentidos possam vir a emergir. Isso exige uma disposição profunda para acolher o novo, uma abertura radical para aquilo que pode se apresentar de forma inédita (Herrmann, 1979/2001). Por sua vez, o ato de “tomar em consideração”, ainda, evidentemente, em estado de atenção flutuante, envolve uma escuta³¹ atenta e sensível ao que se destaca e chama a atenção na comunicação. Ao permitir que o que surge possa se articular vivamente com memórias, percepções, pensamentos e emoções, abre-se espaço para reconhecer o que realmente chama a atenção e merece ser considerado. Como se vê, esse momento difere totalmente do que ocorreria caso a psicóloga/psicanalista estivesse comprometida tão-somente a relacionar “o que surge” e “toma em consideração” com suas teorias psicanalíticas favoritas.

³¹ A palavra “escuta” corresponde, aqui, a uma metáfora derivada, evidentemente, do valor que Freud conferiu ao registro discursivo do paciente. Na psicologia psicanalítica concreta usamos esse termo de modo ampliado, para além do registro discursivo, estando na base de psicoterapias que não envolvem enunciação de sentenças interpretativas, mas seguem sendo psicanaliticamente orientadas. Cabe aqui o campo das psicoses, dos sofrimentos decorrentes de doenças orgânicas, dos estados borderline, entre outros.

Por fim, a etapa de “completar a configuração de sentido emergente” que surge no campo intersubjetivo, estabelecido pelo encontro da pesquisadora com o vídeo (fonte do material de pesquisa) e se apresenta, num dado momento, na subjetividade da pesquisadora, é aquela em que, como participantes da experiência compartilhada, tornamo-nos capazes de criar/encontrar a alteridade — a qual nos atravessa e, assim, possibilita a compreensão. Naturalmente, esse modo de descrever o processo interpretativo, como tantos outros, não se mostra plenamente suficiente, pois sua verdadeira apreensão ocorre apenas no que é vivido na prática ou na observação cuidadosa de pesquisas, como a presente, que o colocam em movimento.

Os “campos de sentido afetivo-emocional” não surgem de um vácuo, mas inseridos em contextos macrossociais. Apesar de sempre termos abordado em nossas pesquisas a questão dos contextos macrossociais, a partir da pesquisa de Kopanakis (2022) consideremos ser importante não apenas mencionar, como destacar tais contextos. Seguindo a nomenclatura adotada por Bleger (1963/2012) designamos como “campos ambientais” os contextos macrossociais nos quais estão inseridos os “campos de sentido afetivo emocional”, conforme expresso no diagrama da figura-02³². Desta forma, poderemos apresentar nossos resultados interpretativos, que, rigorosamente correspondem a “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” articulando-os, no capítulo 4, com os “campos ambientais”.

Cabe notar que os "campos ambientais" não foram acessados pelo método psicanalítico, pois este foi concebido para investigar sentidos afetivo-emocionais - isto

³² O diagrama será apresentado no capítulo 4, pág. 92

é, os atos humanos enquanto experiências vividas. A fundamentação para a análise desses campos veio, portanto, de estudos focados em questões estruturais no campo social, com ênfase na condição da mulher e da mulher-mãe. Como o "Grupo de Pesquisa USP/CNPq 'Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade'" se baseia na psicologia psicanalítica concreta de Bleger (1963/2013), houve uma aproximação inicial e lógica com as teóricas do feminismo materialista (Christine Delphy, 1998/2019; Colette Guillaumin, 1978/2014; Paola Tabet, 1998/2014; Nicole Claude Mathieu, 1989/2014 e Silvia Federici, 1984/2017)

Posteriormente ao processo de criar/encontrar os campos, realizamos a etapa de "interlocuções reflexivas", que usualmente é nomeada como "discussão dos resultados" em outros tipos de pesquisas empíricas. Nesta etapa, suspendemos parcialmente o método psicanalítico clássico – atenção flutuante e associação livre, para a elaboração de um trabalho intelectual que busca articular as interpretações criadas/encontradas com contribuições teóricas de autores psicanalíticos e não psicanalíticos, que tenham pensado-pesquisado os fenômenos em questão.

Esta etapa do processo investigativo consiste assim, em uma ampliação e maior aprofundamento dos achados interpretativos, buscando a articulação com diferentes perspectivas teóricas, com o propósito de enriquecer, expandir ou problematizar as interpretações desenvolvidas ao longo do processo analítico-interpretativo. Permite, assim, que o material clínico possa ser reinterpretado e compreendido de novas maneiras a partir de aportes teóricos provenientes de distintas correntes epistemológicas, como a psicologia social crítica, os estudos culturais, a filosofia e demais áreas das ciências humanas.

CAPÍTULO 3

NARRATIVA TRANSFERENCIAL

Apresentamos, no presente capítulo, um texto por meio do qual é atendida a exigência do procedimento investigativo de registro do material de pesquisa, que consiste em três narrativas transferenciais, elaboradas em estado de atenção flutuante e associação livre de ideias, aqui entendidas de modo ampliado. A primeira é aqui compreendida como uma abertura empática ao depoimento filmado, que evita enquadramentos teóricos prévios. A segunda transcende o livre fluxo de pensamentos para abarcar também as ressonâncias afetivo-emocionais despertadas pela conduta e presença total de cada mulher registrada em vídeo.

A fim de ressaltar sua natureza narrativa e diferenciar do restante do texto teórico, optamos por grafá-las com tipos *itálicos*.

Quando assisti o vídeo “Solo”, produzido por Alice Guedes (2018), pela primeira vez, constatei que fazia uso de um recurso comum em documentários: intercalava declarações das participantes sobre esse ou outro aspecto do assunto abordado. Ou seja, não apresentava o acontecer da mesma forma como tinha sido vivido no encontro entre a videomaker e as participantes. Obviamente, cada um dos encontros foi regido por um roteiro, que não foi aplicado de modo mecânico, como se fosse um questionário. Além disso, cada mulher foi entrevistada individualmente, em locais e horários específicos, sendo que provavelmente cada encontro teve uma duração diferente, que não deve ter sido menor do que meia hora nem maior do que duas horas. Posteriormente, de posse dos vídeos, a autora da produção não optou por apresentar a totalidade das falas da primeira entrevistada para só então apresentar as da segunda mulher, mas dividiu-as em função do assunto e não das individualidades. Essa prática evidentemente faz sentido dados os objetivos desse tipo de produção cultural. Contudo, logo percebi que para mim seria mais fácil fazer uma conexão com as participantes do vídeo enquanto individualidades. Penso que

isso acontece não apenas porque sou psicóloga psicanalista, mas também porque é assim que nos relacionamos com as pessoas na concretude da vida cotidiana. Afinal, mesmo muito conscientes acerca da relevância dos sofrimentos socialmente condicionados, na vida de todos, não deixamos de reconhecer que a experiência vivida pessoalmente é sempre muitíssimo importante.

Desse modo, optei, sem dificuldade, por escrever três narrativas transferenciais, cada uma delas dedicada ao encontro com uma das participantes do vídeo.

Mesmo estando diante de um material de acesso aberto, decidi usar nomes fictícios por delicadeza e porque senti que, de algum modo, o próprio processo de nomeação contribuía para me conectar afetivo-emocionalmente com cada uma dessas 3 mulheres. Para tal, optei por chamá-las por nome de flores.

Primeira Narrativa: Girassol

Uma das mulheres, a segunda a aparecer no vídeo, despertou-me a ideia de batizá-la como Girassol, uma flor que tem como característica reavivar quando exposta ao sol, mesmo quando parece já prestes a esmorecer. Achei que a flor combina com a moça. Além disso, passando a identificá-la desse modo, criava uma proximidade entre nós.

Girassol é uma mulher jovem, talvez na casa dos trinta anos, de pele clara e cabelos raspados. Veste-se modestamente, passando a impressão de estar inserida numa situação econômica desfavorecida – o que se confirma, posteriormente, por relatos sobre experiências de precariedade financeira. Declara-se lésbica e mãe de um menino de 7 anos.

Seu relato é muito comovente e difícil de ouvir, porque nos vemos diante de uma pessoa que viveu situações difíceis de desamparo e falta de apoio, que provoca

em mim comoção e tristeza. Ao escutá-la tenho vontade de a acolher e ajudar, mas também sinto raiva, uma raiva que não se dirige a alguém, mas ao fato dessa moça ter vivido de forma solitária a maior parte desses importantes acontecimentos de sua vida. Das três mulheres, Girassol é quem mais me impactou, fazendo ressoar, em mim, sentimentos de tristeza e desamparo.

Após diversas exposições aos seus relatos, minha percepção sobre Girassol mudou. Notei que, inicialmente, a tinha colocado numa posição de vítima e de ingênua, como se ela não tivesse responsabilidade alguma pelo que lhe aconteceu. Dei-me conta, inclusive, de que tive muitas dificuldades para perceber as nuances dos seus sentimentos como raiva, ressentimento e ódio, que só aos poucos, ao longo do processo de exposição ao vídeo, foram surgindo com mais clareza.

Inicia sua fala contando que sua própria mãe também era “mãe solo” mas que obtivera a inscrição do nome do pai no registro de nascimento de Girassol. Diferentemente da situação do filho de Girassol, que não tem o nome do pai em seu registro.

Segue contando que a gestação do menino se deu em meio a um caso que só durou duas noites, algo que a sociedade não aceita como relação. Percebo certo julgamento em relação a si mesma, como se sua gravidez fosse inferiorizada pelo fato de não ter acontecido dentro de uma relação considerada estável ou até mesmo de um casamento. Sinto pesar e julgamento em sua fala, como se ela se reprovasse por ter engravidado em um encontro que não se configurava como um namoro ou um casamento. Em uma primeira impressão, talvez por seu jeito descolado de se vestir, pensamos que tais ideias conservadoras, como ter filho apenas dentro de um contexto de casamento, não faria parte do modo de pensar de Girassol, mas sendo esta ideia conservadora algo muito presente no social, penso que deva ser difícil não se deixar afetar por tais ideias. Imagino-me, então, na situação de Girassol e penso que não iria me importar de seguir com a gestação em função de reprovação social, mas aí me lembro de que talvez seja somente no momento em que as coisas acontecem que a gente de fato sinte o peso do julgamento das outras pessoas.

Na época, Girassol já ficava mais com meninas do que com meninos, mas diz que, por influência de outras pessoas, optou por ter mais uma relação sexual com homem, como que para ter certeza da sua orientação sexual. Fico triste quando ela

conta este trecho, ainda que ela mesma tenha relatado sem demonstrar tristeza aparente.

Apesar de ela não relatar diretamente, tenho a impressão de que, a partir de um suposto medo de se assumir como homossexual, ela se coloca novamente na situação de transar com homens, numa tentativa de ganhar aprovação dos outros, o que, no final, resulta em uma gestação que ela verbaliza como não planejada, mas que talvez desejasse de forma não consciente.

Conheceu o pai do filho em uma saída social e a relação sexual ocorreu em um momento que ela estava muito bêbada. Verbaliza que foi um ato inconsequente de ambas as partes, mas enfatiza que se alguém não está com plena consciência, a outra pessoa deveria ter responsabilidade e não seguir com o ato sexual. Querendo enfatizar que o erro maior foi do homem e, penso, aliviar um pouco seus próprios sentimento de culpa. No entanto, ao lembrar disso, aparenta tristeza e culpa. Ela insinua, em sua fala, que o cara seria mais responsável do que ela pela ocorrência do ato sexual, mas me pego cogitando o quanto está realmente consciente dessa percepção.

Em seguida ela diz, referindo-se ao ato sexual: “Foi uma prova... Minha prova aí, 7 anos”. Fico pensando se com a palavra “prova” estaria se referindo ao próprio filho como um castigo, uma consequência, diante de sentir-se errada e culpada pelas escolhas que fez. Cogito, comparando o que diz agora, com a fala anterior, que a ocorrência de uma comunicação imprecisa, pois antes parecia responsabilizar totalmente o pai da criança pela ocorrência do ato sexual, enquanto, na sequência, parece se colocar num lugar de responsável pelas dificuldades que enfrenta.

Ao descobrir a gestação sentiu-se muito perdida. Buscou amparo entre amigos e conhecidos. Uma conhecida sugeriu que abortasse e outras amigas mais próximas receberam a notícia com alegria, dizendo que a gestação era uma benção. Dei-me conta de que, em um primeiro momento, desconsidereei totalmente a parte do vídeo em que ela considerou a possibilidade de fazer um aborto, apesar de ter voltado atrás quando conversou com os amigos mais próximos.

A questão do aborto é algo que me fez refletir. Inicialmente, neguei a ambivalência que se apresentava. Supus que ela não poderia ter desejado

interromper de fato a gestação. Acho que em um primeiro momento, sem me dar conta, acreditei que ela jamais pensaria em um aborto.

Fico imaginando que ela também deve ter pensado nos supostos julgamentos que viria a sofrer caso abortasse. Ao mesmo tempo, penso que seria inevitável, diante de uma situação tão difícil, não passar por uma certa indecisão quanto a escolher ter ou não o filho. Ao falar das amigas próximas que disseram que filho era uma benção, Girassol diz: “foram elas que mudaram minha cabeça, na real”. Mais à frente, sobre a decisão pelo aborto, ela comenta: “Eu não queria tomar essa decisão, eu não queria levar isso para minha vida (...) eu acabei optando por ter né...”. Essa declaração me levou a considerar que ela conscientemente não queria ter esse filho, mas não conseguiu tomar essa decisão por temer a possibilidade de enfrentar um sentimento de culpa permanente.

Ao ser exposta ao vídeo por diversas vezes, fui percebendo e sentindo a Girassol muito sensível aos julgamentos e às falas de outras pessoas sobre ela, parecendo não conseguir sustentar sozinha suas próprias decisões, necessitando de aprovação e sustentação dos outros. Isso aparece tanto na pressão sentida por se relacionar sexualmente com homens, como também na decisão de seguir ou não com a gestação. É curioso como essa preocupação com a opinião alheia contrasta com uma apresentação pessoal, em termos de vestimenta e adereços, que destoam fortemente do que poderíamos chamar de “moça bem-comportada”.

Refere que tentou buscar ajuda e reconhecimento do pai de seu filho, mas que por diversas vezes ele se recusou, pedindo para ela esquecer. Após várias tentativas inúteis, ela deixou de insistir e não o procurou mais.

Girassol conta que realizou o teste da orelhinha depois que o filho nasceu. Devido a agitação do bebê, não conseguiram realizar o exame naquele dia e pediram para ela retornar. Mas, por falta de dinheiro para a condução, ela não conseguiu voltar ao local do teste.

O filho foi crescendo, mas não tinha comunicação verbal. Foi quando sugeriram que investigasse uma possível surdez. Devido à demora do processo de avaliação pelo SUS, só conseguiu receber o diagnóstico de surdez do filho quando esse já tinha completado 2 anos. Afirma ter chorado bastante ao receber o diagnóstico de surdez do filho. Diz que “não sentiu vergonha” pela condição dele, mas que ficava preocupada

em como a sociedade iria tratá-lo. “Ele vai ser mais diferente do que eu já sou”, afirma, comparando os preconceitos que sofre, por ser lésbica, com a possibilidade de o filho vir a ter suas capacidades desdenhadas pela sociedade, em função de sua forma específica de comunicação.

Chama muito minha atenção o fato dela dizer não sentir vergonha do filho. Imagino o oposto, que ela pode, sim, ter vivido uma reação de vergonha por ser mãe de uma criança surda. Logo, porém, pondero comigo mesma que, talvez, sinta vergonha de si mesma, de ser uma “pessoa diferente” como ela mesma se intitula, que concebeu e deu à luz alguém diferente, que passaria pelas mesmas coisas que ela. Nesse momento, parece-me que Girassol não se diferencia do filho, fantasiando que terão o mesmo destino.

Relata sobre o quanto é difícil se perceber em um momento de fragilidade, sem condições e disponibilidade física e emocional para o cuidado e ainda assim ter que fazer isso, por ter outra vida que depende dela. Sinto desamparo ao perceber sua maneira de falar e sua expressão. Fico pensando que talvez ela seja tão desamparada quanto o filho, como se os dois fossem bebês necessitados de ajuda. Inclusive penso ou julgo que talvez ela não tivesse condição de fato de poder cuidar do filho, pelo menos não sozinha.

Entretanto, segue com seu depoimento para demonstrar-se mais exaltada, dizendo: “assim como o relacionamento amoroso, é tudo uma merda, porque ninguém é perfeito e tá todo mundo errando”. Segue dizendo que não adianta romantizar, dizendo que a maternidade é perfeita, porque ela não é.

Penso o quanto é difícil perceber que a maternidade que se vive no cotidiano é bem diferente da ideia romantizada que circula no meio social. E o quanto é desafiador ser a pessoa responsável pelo cuidado de alguém tão dependente quanto um bebê ou uma criança.

Entretanto, a seguir, Girassol conta que, depois que recebeu o diagnóstico de surdez do filho, chegou a escrever uma música, em que fala sobre experiências tristes e sobre as dificuldades que viveu no relacionamento com sua própria mãe.

Na apresentação do vídeo não aparece a voz da pessoa que realiza as entrevistas. Mas a partir da resposta dada por Girassol, deduzo que a entrevistadora

a questiona sobre sentimento de culpa na maternidade. Ao que, ela ri e, em tom de piada, diz que na verdade a pergunta deveria mudar, deveria ser em qual momento você consegue não se sentir culpada. Apesar do tom de brincadeira, fica um certo fundo triste, como se nada de bom pudesse surgir da maternidade, nunca.

Posteriormente, a pessoa que entrevista denota ter questionado sobre o que ser mãe representa. Girassol afirma que representa responsabilidade e segue dizendo sobre o desafio de criar um menino, apontando sobre a hierarquia e o privilégio dos homens na nossa sociedade. Apesar das dificuldades da maternidade, sinto, até este momento, que ser mãe para Girassol não representa outras coisas além da responsabilidade/obrigação. Fico triste ao perceber isso, pois apesar de concordar que a maternidade, no modelo social em que a gente vive, de fato, é extremamente desafiadora, penso que o contato com o filho também pode revelar um amor muito potente e transformador. Penso que com ajuda e suporte, Girassol também poderia experimentar um lado mais gratificante da maternidade. Depois passo a me sentir triste também, por talvez estar julgando o relato de experiência da Girassol.

Durante todo o relato, o sentimento de Girassol que sobressai é desesperança. Digo isso porque noto que Girassol fica batendo sobre uma mesma tecla, insistindo em afirmar que a vida é difícil e que não tem jeito, não tem solução. Sua expressão fisionômica, sua expressão corporal, também indicam desesperança. Mas, ao final do relato, Girassol finaliza de uma forma muito bonita e comovente, que contraria essa minha percepção de desesperança, dizendo que o filho representa luta, uma luta de amor. Diz isso de um modo espontâneo que me parece sincero e não uma declaração desprovida de autenticidade.

Apesar de minhas percepções sobre Girassol, ao longo das exposições ao vídeo, terem se modificado, sua última declaração ressoa em mim um sentimento de esperança, de que, apesar da história de Girassol ter muitas passagens difíceis, o amor que ela pode viver na relação com o filho, pode também ter ajudado ela a se curar de suas dores – que ele pode ser um sol na vida dela ... Paro para refletir se essa minha ideia faz algum sentido, a de esperar que um filho possa ser o doador de luz, força, ânimo e vitalidade para sua mãe.

Neste momento, algo, visivelmente inesperado, acontece, no vídeo. O filho de Girassol entra na cena de gravação e o semblante da mãe se transforma. Semblante

esse que, ao longo do vídeo oscilou estando ora mais sério e ora mais tristonho, mas que no momento que a presença do filho surge, reluz. Eles se abraçam e de modo sorridente alegre e terno, Girassol verbaliza em voz alta, juntamente com a linguagem de sinais, dizendo para o filho: “eu estava falando de você, dizendo que eu amo você”. E esta é a última cena do vídeo que encerra de uma forma muito comovente e bonita.

Ao rever minhas percepções de Girassol, percebo que sua experiência de ser mãe é muito marcada pelo desamparo. Na verdade, sinto que o desamparo é algo que marca sua história muito antes da gestação, mas que a chegada do filho e o ato de ter que cuidar de outro ser humano, escancara suas vulnerabilidades. Durante todo seu relato, Girassol menciona ter recebido ajuda e amparo das pessoas apenas uma vez. Isso pode retratar a forma totalmente solitária e desamparada que ela se vê no mundo.

No final, ressalta para mim o seguinte pensamento: como que uma criança desamparada tão machucada pelas situações da vida pode cuidar e ser responsável de outra criança?

Apesar das tristezas e mazelas da vida da Girassol, o vídeo termina de uma forma amorosa, mostrando de forma paradoxal duas realidades que convivem de forma paralelas: a dor e a dificuldade com que Girassol vive o “ser mãe” e os sentimentos de amor que afloram no encontro com o filho.

Segunda narrativa: Margarida

Margarida é uma mulher negra de meia idade, na época do vídeo, com uma filha de 31 anos. Denota ser de uma classe econômica baixa e sua forma de comunicação é bem simples, mostrando que talvez tenha tido pouco acesso aos estudos.

Começa dizendo que em sua época era importante uma mulher “casar bonitinho e fazer as coisas bonitinhas”, mas que ela fez diferente. Denotando se referir ao fato de ter engravidado jovem e fora da relação conjugal. Apesar de falar sorrindo,

ao escolher as palavras “fazer bonitinho” denota que, qualquer situação fora deste arranjo é considerada por ela como algo “feio”.

Quando descobriu a gestação refere que escondia a barriga com uma mochila na frente do corpo. Profere a frase “cara, então pega minha mochila e me dá, que eu vou embora”. Esta frase não tem maiores detalhes, dando a entender que podia estar falando para o pai da sua filha. Como o pai não é mencionado diretamente em nenhuma parte da sua fala, não fica claro esta declaração.

Na mesma época da descoberta da gestação, disse que quando a mãe descobriu que ela estava grávida, ela decidiu sair de casa, pois sabia que o pai não aceitaria a sua situação. Diz que após sair de casa trabalhava e dormia no emprego.

Engravidou quando tinha 18 anos e disse que era muito inocente. Fico pensando o que ela queria dizer com a palavra “inocente”, se seria no sentido de que não sabia o que estava fazendo? Passou-me a impressão de que ela estava querendo eximir sua culpa, por achar que tinha cometido um grande erro ao engravidar naquele momento.

Refere que sempre foi muito decidida e que nunca cogitou abortar, que ao descobrir a gravidez pensou: “fiz, é meu, né?!, eu tenho isso até hoje, de pegar coisas minhas e eu resolver”. Quando escuto esta fala dela imediatamente penso: mas você fez sozinha? Será que isso era uma “coisa só sua” para ter que resolver sozinha? E quanto mais repasso esta fala, mais vou me indagando, será que mesmo diante do erro ou de escolhas inconsequentes, alguém precisa ter que dar conta de forma tão solitária? Ainda mais uma menina de 18 anos.

Em seu relato chama atenção ela nunca mencionar ou falar do genitor da filha de forma direta, exceto pela suposta menção a quando engravida. No relato, não conta o que aconteceu entre eles, se tinham ou não uma relação e nem como as coisas ficaram após a descoberta da gestação. Assume para si toda a responsabilidade e consequências de ter uma filha.

Após o parto, ela e a filha tiveram complicações de saúde. Não menciona o que aconteceu com ela, mas diz que a filha teve que ir para UTI. Refere se sentir confusa em relação ao primeiro choro da filha, dizendo que acreditava que, na verdade, a filha

não chorou ao nascer, por estar muito mal. Em dado momento suspende a fala, demonstrando o quanto lembrar desta situação a deixa emocionada por ser difícil. Este é o único momento em que ela se permite se apresentar um pouco mais emocionada, mas logo o vídeo tem o take cortado e depois ela retoma a fala.

Ao parecer ser questionada, pela entrevistadora, sobre os momentos difíceis e de maior fragilidade, ela diz: “sou fraca pra mim, pra mim sempre foi assim, essa responsabilidade é minha”. Desse modo, me traz lembranças de diversos relatos em que as mulheres-mães se colocam no lugar de guerreiras, de heroínas, que por serem mães precisam aguentar tudo sozinhas, não se permitindo ser vulneráveis.

Sobre seus estudos, relata que tinha somente o ensino fundamental, e que quando a filha tinha 5 anos decidiu retomar os estudos. Decidiu fazer uma prova de seleção para retomar, mas que no dia da prova seu pai faleceu e ela não foi. Depois, por incentivo e suporte de um amigo, que decide fazer sua inscrição, ela retoma os estudos. Com brilho nos olhos ela diz: “aí eu voltei a me apaixonar por aquilo tudo”. Concluiu o ensino médio e o técnico e diz que está tentando realizar o Enem para ingressar no ensino superior.

Sempre que as mulheres referem sua relação com os estudos, isso me traz muita emoção. Isso diz da minha própria experiência de poder transformar minha vida por meio da educação, mas também de testemunhar muitas dessas experiências, tanto no consultório, com meus pacientes, como com meus alunos e pessoas do meu convívio pessoal.

Relata uma situação, ocorrida na escola da filha, que teve que lidar sozinha. Por conta de uma brincadeira inconsequente dos colegas de classe, o supervisor trancou a sala como forma de punir os alunos e a filha passou muito mal, tendo que ser levada ao hospital. Ela diz: “Mas uma briga que eu tive que ir lá comprar sozinha”.

Depois, relata uma situação de preconceito em relação a ser “mãe solo”, na qual teve uma briga, entre outra menina e a filha, e os responsáveis foram chamados na escola. Na conversa, a responsável da outra menina diz “... ah, mas ela não tem pai”, referindo-se a filha da Margarida, que diz ter ficado muito brava. Disse que a filha tinha pai, pois não era filha de “chocadeira” e que tinha uma mãe que representava ela. E conta que no final, a culpa da situação era da sobrinha da pessoa que fez o comentário, que “tinha pai e mãe”.

Ao ouvir o relato anterior, sinto uma certa “pressão” de Margarida ter que se justificar ou se defender por ser mãe-solo diante do julgamento do comentário proferido. Revelando um preconceito, que existe ainda hoje, de que o fato de uma criança não ser criada com pai e mãe, teria impacto direto em criar mau comportamento na criança. A tal ideia da “família desestruturada”.

Quando questionada sobre o que ser mãe representa, ela diz que percebe que conseguiu, e vai elencando uma série de características da filha, dizendo que ela é honesta, responsável, trabalhadora e que faz faculdade. Observo em sua fala, que o ser mãe é validado pelos resultados da filha. Na minha percepção, fica um “viu como eu consegui, apesar de... ser mãe-solo”.

Perguntada por sentir culpa, diz sentir culpa por não ter tempo disponível “para você fazer”. Mas não fica claro sobre a que ela está se referindo, se aos cuidados com os filhos ou sobre poder fazer outras coisas.

De todos os relatos, o da Margarida é o que menos me tocou diante da minha experiência pessoal, talvez pela diferença geracional. Mas enxergo nela outras gerações de mulheres da minha família e mulheres mais velhas com quem convivi, tias, avós... Mulheres negras, pobres, que tiveram seus filhos em uma época em que as mulheres não tinham tantas oportunidades de questionarem seu papel enquanto gênero. Mas vejo em Margarida, uma mulher que retrata a realidade de uma maioria de mulheres-mães solas do nosso país.

De todas as mulheres retratadas no vídeo, Margarida é a única que não faz questionamentos ou queixas diretas em relação a tantas violências e opressões que ela viveu. Ela vai contando as situações, sem transparecer grandes emoções, como quem naturaliza as coisas, como quem diz “a vida é assim mesmo”.

Durante todo o relato, além do fato de não mencionar o genitor da filha, me chama atenção ela nunca mencionar nenhuma pessoa da sua rede de apoio. Chega a mencionar o amigo que a incentiva a retomar os estudos, mas não dá tanta ênfase como uma situação de ajuda. Nas situações boas ou ruins, a narrativa dela está sempre focada nela e na filha. A impressão que fica é que por acreditar que cometeu um erro ao engravidar na adolescência e fora do casamento, Margarida se impõe uma responsabilidade muito rígida de tomar para si os cuidados com a filha de forma

exclusiva e solitária, não se permitindo perceber-se vulnerável, não podendo se queixar ou contar com a ajuda de outras pessoas.

Terceira narrativa: Tulipa

Tulipa é uma mulher negra de 22 anos, mãe de um menino de 4 anos. Bastante articulada e comunicativa.

Vale destacar que, das mulheres entrevistadas no vídeo, Tulipa é quem mais me chama atenção, muito provavelmente pelas similaridades das experiências vividas. Suas falas são emblemáticas e me marcaram muito. Deixarei essas frases sublinhadas para ficarem em destaque para o leitor.

Tulipa inicia dizendo que engravidou na adolescência quando tinha 18 anos. Diz que foi uma grande surpresa, pois achava que não podia engravidar por ter ovário policístico, que seria infértil. Isso me chamou atenção e me fez lembrar de um caso de uma paciente, também bem jovem, que quando me conta, assustada, que tinha engravidado revela seu total desconhecimento em relação aos métodos contraceptivos. Apesar de eu saber que a gestação não se dá somente de forma consciente, reconheço que nas camadas mais vulneráveis da população, também falta acesso à educação sexual.

Em dado momento, parece que a pessoa que estava entrevistando questiona se o pai era presente, e ela refere não gostar do termo “pai presente”, por não considerar que exista “mãe presente”. Diz que avalia o pai do filho como um pai satisfatório que cumpre com as obrigações, mas que não o considera um pai de verdade. Mas neste momento não dá detalhes do porquê não o considera.

Disse que não conhecia o feminismo a fundo. Achava que era algo complexo de quem lia e estudava muito. E que só “entrou a fundo” após a agressão que sofreu do pai do filho. Ao escutar este trecho, fiquei pensando em como muitas vezes pautas tão importantes se distanciam das pessoas por ganhar certo ar de algo “intelectualizado”, não se aproximando da experiência concreta das pessoas.

Relata que as agressões já ocorriam desde a gestação. Fato esse que, no primeiro momento, passou despercebido por mim, talvez por ser algo tão chocante pensar que uma mulher em um estado tão frágil e delicado possa ser submetida a isso.

A segunda agressão relatada, aconteceu quando o filho tinha 5 meses e eles já não estavam mais juntos como um casal. A agressão ocorreu em uma festa universitária na qual os dois estavam presentes. Tulipa estava ficando com outra pessoa. O ex estava muito bêbado e ao descobrir que ela estava com outra pessoa foi atrás dela e a agrediu.

Na primeira agressão decidi não contar para ninguém. Disse: “aquela história sair dali era uma vergonha pra mim”. Segue dizendo que quando ele a expôs para tantas pessoas, na segunda agressão, que ocorreu na festa universitária, ela sentiu que precisava expor ele também. Dando a impressão de que o que foi vivido no âmbito privado não tivesse a mesma valia naquilo que foi vivido na frente de todos. Com sua fala, me dá a impressão de que ao relatar a agressão sofrida em casa, ninguém fosse acreditar nela. Que no fundo, ela acreditava que a agressão sofrida na gestação, era culpa dela.

Tulipa tinha um blog que escrevia suas experiências e que passou também a escrever sobre maternidade. Foi quando escreveu um texto chamado “a magia é um dom da maternidade” em que falava o quanto inicialmente ela não gostava de ser mãe. Que costuma se comparar negativamente, ao ouvir falas de outras mães e de programas de tv que, ao falar de maternidade, sempre a descrevia com sentimentos muito felizes e de plenitude. Diz que teve depressão pós-parto e que o amor pelo filho foi sendo construído muito aos poucos. E o nome do blog mudou passando a ser “Uma mãe feminista”. Percebeu que o feminismo não precisava de estudo “ele só precisava que você tomasse consciência de que você é mulher, de que você é oprimida enquanto gênero e que você tem que fazer alguma coisa para mudar isso”. Ao escutá-la eu pensei: que lucidez desta menina!

Depois que o filho nasceu, diz que começou a ter pressa de fazer tudo. E quando o filho tinha 3 anos surgiu o desejo de fazer jornalismo juntamente com o curso de história que já cursava. Prestou vestibular, conseguiu bolsa e pensou “eu tenho que estar lá, não tem nada mais claro que isso”.

Ao contar sobre o fato acima mencionado em seu blog, foi alvo de muitas críticas. Algumas pessoas afirmavam que ela fazia duas faculdades para não ficar com o filho e outras questionavam quem a sustentava para que ela pudesse fazer isso.

Ao final de um dos cursos as pessoas diziam que isso era bom para que ela pudesse ter mais tempo com o filho. E ficavam assustadas quando Tulipa dizia que seguiria nos estudos, pois queria fazer mestrado. As pessoas então diziam “ – Peraí, mas você tem filho. E em resposta ela dizia: - Exatamente porque eu tenho um filho...”. Esta fala de Tulipa é uma das que mais me toca por ter muita convergência com minha experiência pessoal pelo valor dado aos estudos e pelos estudos poder ser uma forma de transformação. É exatamente por ter filho e por ser mãe que surge o ímpeto de “eu não tenho tempo para perder”. Também me emociona profundamente, porque o caminho que ela escolhe como enfrentamento dos machismos, violências e opressões que ela vive é a educação, e particularmente eu também acredito e vivo isso.

Fiquei pensando que os homens-pais não são questionados sobre suas ambições ou sobre o tempo que dedicam aos seus filhos em comparação ao tempo que dedicam à outras aspirações.

Ao rever o material, ela também me fez lembrar sobre o remake atual da novela “Vale tudo” em que a vilã Odete Roitman é tida como uma mãe fria e ruim por não ter se dedicado aos filhos. E quando questionada, a mesma diz: “Se eu fosse um homem eu seria um pai maravilhoso”

Quando questionada sobre sofrer algum preconceito por ser “mãe solo”, Tulipa diz que o preconceito já começa no processo de pré-natal. Que quando a enfermeira vai preencher a ficha e ela responde que é solteira, que não vive com o pai do seu filho e que não tem um relacionamento amoroso com ele, sente um olhar de julgamento que na percepção dela as pessoas pensam “nossa, mais uma”. Fico pensando em como esta situação deve ter sido difícil. Na gestação nós mulheres já nos sentimos frágeis, vulneráveis, me fez pensar no que Tulipa pode ter sentido. Será que sentiu culpa a partir desse comentário, sentindo que estava fazendo algo muito “condenável” por ser “mãe solo”?

Afirma, de forma muito lúcida, que existem muitas “mães solo” que são casadas, que ser “mãe solo” não tem a ver com o estado civil, mas sobre ser sozinha no processo de criação dos filhos.

Escreveu um texto dizendo a seguinte frase: “Muitas “mães solo” são solteiras, muitas outras são casadas”. A partir daí diz que abriu muito a compreensão sobre o conceito de mãe-solo. E segue dizendo “Muitas vezes você tem o pai do seu filho do seu lado, e ele não quer ser o pai. E você aceita isso, porque homem é assim mesmo”.

Tulipa segue dizendo: “eu trabalho, eu escrevo, eu estudo para virar regra”. Depois disse que com mais mães na universidade, vai ser comum ter mais crianças transitando por este espaço. Apesar desta fala revelar o desejo manifesto de que as mulheres-mães possam cada vez mais ocupar a academia, observo que ao dizer que seria mais comum a presença das crianças neste espaço por haver mais mães, me fez pensar que sem perceber ela reforça o cuidado das crianças como uma responsabilidade das mães.

Segue fazendo críticas, “o mundo ainda vê a “mãe solo” como aquela que precisa ficar resguardada, cuidando do filho, dentro de casa, sozinha, guerreira, batalhadora, mas dentro de casa”. E faz menção as “mães solo” e pretas que não conseguem cuidar dos seus filhos por terem que trabalhar como babá da filha de outras pessoas.

Continua dizendo que ao se criticar o comportamento das crianças e proibi-las de estarem nos espaços, conseqüentemente estamos também excluindo as mulheres-mães de ocuparem esses lugares.

Sobre sentir culpa, afirma que este sentimento faz parte da mãe enquanto ser social. E que isso destrói a cabeça das mães e das não mães, uma vez que existe o pensamento de que toda mulher nasceu para ser mãe. Afirma que a culpa vem da romantização da maternidade.

Finaliza dizendo que para ela ser mãe representa seu trabalho, sua dedicação e cuidado e principalmente sua consciência como mulher. “Eu só tomei consciência enquanto mulher que sofria opressão de gênero, quando eu fui mãe. Eu costumo dizer que a maternidade é o primeiro elo da corrente do patriarcado na mulher.

CAPÍTULO 4

**INTERPRETAÇÕES E
INTERLOCUÇÕES REFLEXIVAS**

O presente capítulo é composto de duas partes, respectivamente intituladas como “Interpretações e Contextualizações” e “Interloquções Reflexivas”. A primeira consiste na apresentação sucinta dos resultados interpretativos, em sua articulação com os “campos ambientais”, que comparecem como pressupostos, derivados das contribuições do feminismo materialista, relativos aos contextos macrossociais. A segunda parte corresponde ao que, em geral, é denominado, em pesquisas empíricas, como discussão dos resultados.

Apresentados na primeira parte do capítulo, estão os resultados interpretativos que emergiram a partir da interpretação psicanalítica das narrativas transferenciais apresentadas no capítulo 3. Já os “campos ambientais”, com os quais completamos essa parte inicial, sobre os quais discorreremos no primeiro capítulo da dissertação, quando abordamos os contextos macrossociais no âmbito dos quais ocorre a “maternidade solo” contemporânea, são aqui retomados em termos de definições mais concisas, que podem facilitar o acompanhamento das interloquções reflexivas que virão a seguir.

A segunda parte do capítulo, dedicada às interloquções reflexivas, é um momento de revisitação dos “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” e dos “campos ambientais”, à luz do estabelecimento de diálogos com outros autores, entre os quais algumas feministas, como O’Reilly (2016; 2019), Kergoat (2000/2009), Hirata & Kergoat (2007), Federici (1984/2017), bell hooks (1994/2013) e Angela Davis (2016), o pedagogo e filósofo Paulo Freire (1979;1987) e o psicanalista D.W. Winnicott (1958/2021; 1965/2022; 1971/2023)

“INTERPRETAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES”

Conforme esclarecemos no capítulo 2, dedicado aos fundamentos e procedimentos metodológicos, colocamos em marcha o método investigativo da psicanálise, seguindo as palavras de ordem de Herrmann (1979/2011, p.40), “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido emergente”. Esse trabalho foi realizado tanto pela pesquisadora, em processo de releitura individual das narrativas transferenciais, como em reuniões Grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”. Por essa via, chegamos à proposição interpretativa de 4 campos de sentido afetivo-emocional.

Conforme explicamos anteriormente, no segundo capítulo, a expressão "deixar que surja" implica uma postura aberta e sensível ao material, favorecendo que alguns elementos ganhem destaque perante nossa atenção flutuante. A expressão “tomar em consideração” incentiva busca de conexão daquilo, que se destaca espontaneamente, com memórias, emoções e pensamentos. Por fim, quando adentramos na fase de "completar a configuração do sentido afetivo-emocional emergente", tentamos dar forma e nomear a dimensão afetivo-emocional subjacente à manifestação estudada, tornando-a compreensível. Trata-se de um movimento dinâmico e criativo, porque o interpretar não consiste, de modo algum, na aplicação de uma teoria pré-existente, numa espécie de tradução de condutas manifestas, mas à criação/encontro de sentidos.

A partir da interpretação do material, criamos/encontramos 4 campos intersubjetivo de sentido afetivo emocional: “Crime e Castigo”, “Sem companhia masculina”, “Dores e Delícia” e “Sintonia com o Futuro”. Sua definição segue abaixo.

“**Crime e Castigo**” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a gravidez fora da relação conjugal seria uma punição reveladora do mau comportamento da mulher.

“**Sem companhia masculina**” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a mulher mãe solo deve arcar sozinha com o cuidado da criança, não merecendo ser ajudada ou apoiada.

“**Dores e Delícias**” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que, apesar de gerar dificuldades, a maternidade da mulher mãe solo também gera alegria.

“**Sintonia com o futuro**” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que as dificuldades do viver da “mulher-mãe solo” podem ser superadas por meio da transformação social, no sentido de da superação do patriarcado capitalista

Com objetivo de não interromper a fluidez da leitura, deixamos ilustrações, relativas aos trechos das narrativas transferenciais que podem ser considerados emergente deste ou daquele campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional, no anexo 1 ao final deste documento.

Lembramos, também, que nossos resultados interpretativos, devem ser articulados aos “campos ambientais”, que correspondem aos contextos macrossociais no âmbito dos quais transcorre a vida cotidiana. Tal como proposto por Bleger (1963/2007) os “campos ambientais” retratam o acontecer humano não apenas no

âmbito vincular das relações ou nos ambientes microssociais – como a família, mas compreendendo-os este acontecer em interlocução com os contextos sociais no qual estão inseridos.

Como exposto no capítulo metodológico, adotando o método investigativo da psicanálise, à luz da psicologia psicanalítica concreta do Bleger (1963/2007), temos enfatizado, ao longo dos anos, em diversas pesquisas do nosso grupo, a importância da consideração dos contextos macrossociais, nos quais os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” estão inseridos (Kopanakis, 2022). Consideramos ser importante não apenas mencionar, como também destacar os “campos ambientais”, porque a compreensão da interrelação entre o acontecer humano e os contextos macrossociais é fundamental para que o psicólogo possa conceber que as experiências vividas na dimensão vincular são inseparáveis da dimensão social, quando concebemos que todo sofrimento é um sofrimento social (Bleger, 1963/2012; Bordieu, 1993; Das, Lock e Kleimann, 1997).

Vale recordar, mais uma vez, que os “campos ambientais” não foram acessados mediante utilização do método investigativo da psicanálise que, de fato, foi forjado com vistas à investigação e estudo de sentidos afetivo-emocionais, ou seja, para abordagem de atos humanos enquanto experiência vivida. Sendo assim, adotamos outro caminho para determinar quais seriam os contextos macrossociais relevantes para a nossa investigação.

Para a definição dos “campos ambientais”, significativos no estudo da experiência vivida pela “mulher-mãe solo”, usamos, como fundamentação, estudos que buscam iluminar e pesquisar questões estruturais no campo social ligadas à condição social da mulher e da mulher-mãe. Escolhemos, no vasto campo do feminismo acadêmico, a vertente conhecida como feminismo materialista, estudando

autoras como Christine Delphy (1998/2019), Colette Guillaumin (1978/2014), Paola Tabet (1998/2014), Nicole Claude Mathieu (1989/2014) e Silvia Federici (1984/2017).

Ainda que esse seja um tópico que esperamos ter deixado claro no capítulo metodológico, pensamos valer a pena lembrar que o Grupo de Pesquisa USP/CNPq “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, no âmbito do qual realizamos a presente pesquisa, adota, desde sua criação, a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta inaugurada por Bleger (1958/1988; 1963/2012). Reconhecendo-se, conforme relatado por Plotkin (2011) como judeu³³, marxista e psicanalista, o argentino se dedicou, com evidente afinco, a aprofundar uma leitura concreta da psicanálise, expurgando-a de abstracionismos idealistas, por meio de uma articulação com o materialismo dialético. Sendo assim, sua obra apresenta fundamentos ontológicos e epistemológicos que coincidem com aqueles assumidos pelas feministas materialistas, tornando-as uma escolha coerente diante de nossa necessidade de obter visões esclarecedoras sobre os contextos macrossociais nos quais é vivida a maternidade na cultura ocidental. Foi a partir daí que nos preparamos para discutir os “campos ambientais” à luz do qual ganham sentido certos fenômenos, como a “maternidade solo”.

Para facilitar a compreensão, rerepresentamos aqui as definições dos “campos ambientais”, que tomamos como pressupostos, na presente pesquisa, deduzimos a partir do estudo do feminismo materialista.

³³ É importante frisar que não se trata, nesse caso, de um posicionamento religioso, mas de um judaísmo ético, em linha convergente com o pensamento filosófico levinassiano.

“Patriarcado Capitalista” é um “campo ambiental” que se define pela articulação de duas formas de dominação e exploração que se entrelaçam e se reforçam mutuamente: o patriarcado, sistema baseado na dominação masculina e na hierarquização de gênero, e o capitalismo, sistema baseado na apropriação privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador. A união dos dois é a articulação histórica entre dominação masculina e a exploração econômica, que estrutura a reprodução social e a produção econômica de modo interdependente.

“Divisão Sexual do Trabalho” é um “campo ambiental” que se define como a organização social que separa e hierarquiza atividades produtivas e reprodutivas segundo o sexo, atribuindo às mulheres, de forma naturalizada, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e pouco reconhecido, enquanto aos homens é reservado o acesso prioritário às funções produtivas e de prestígio na esfera pública. Trata-se de uma construção histórica e ideológica, inscrita no patriarcado capitalista, que reproduz desigualdades de posição, remuneração e poder entre homens e mulheres, independentemente da classe social.

“Família Nuclear” é um “campo ambiental” que se define como o modelo normativo de organização social composto por pai, mãe e filhos, instituído no patriarcado capitalista como espaço central de reprodução biológica, social e afetiva. Sob a aparência de afeto e estabilidade, naturaliza a desigualdade de gênero ao atribuir ao homem a posição de provedor e “cabeça do casal” e à mulher a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pelo trabalho doméstico, mesmo quando inserida no mercado de trabalho. Trata-se de uma construção histórica e ideológica que garante a reprodução cotidiana da força de trabalho, sustenta a lógica da dupla jornada feminina e produz subjetividades marcadas pela vigilância, pela culpa e pela interiorização da subordinação.

“Novas Configurações de Cuidado” é o “campo ambiental” que se define pelos arranjos sociais e afetivos que rompem com o modelo normativo da família nuclear, emergindo como resposta às transformações sociais e à crise do patriarcado capitalista. Abrangendo famílias monoparentais, homoafetivas, recompostas e redes de apoio comunitário, este campo desnaturaliza a ideia de que o cuidado é uma função exclusivamente feminina ou restrita aos laços consanguíneos. Sob a premissa do afeto, da escolha e da corresponsabilidade, promove a redistribuição das funções de sustento e de trabalho reprodutivo, legitimando vínculos para além da imposição biológica. Trata-se de uma construção social e política que desafia a privatização do cuidado, flexibiliza os papéis de gênero e potencializa a produção de subjetividades mais autônomas, plurais e resilientes, liberadas da vigilância e da culpa inerentes ao modelo tradicional.

Apresentamos, a seguir a Figura 2, que permite uma visualização acerca do modo como se articulam os “campos de sentido afetivo-emocional” e os “campos ambientais”.

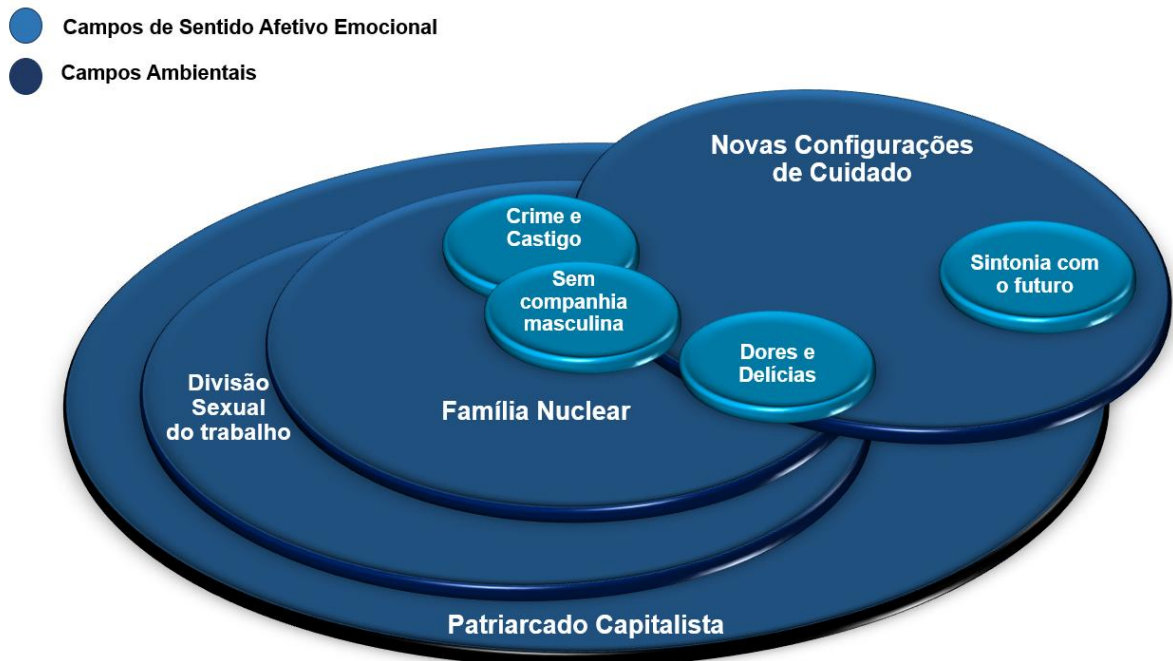


Figura 02 – Diagrama dos “campos ambientais” e “Campos afetivo emocional”

O diagrama acima apresentado ilustra a inter-relação entre os “campos ambientais” e os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”. Os primeiros, representados por círculos maiores em azul-escuro, são estruturados a partir de um campo principal, o “Patriarcado Capitalista”, do qual derivam a “Divisão Sexual do Trabalho” e a “Família Nuclear”. Já “Novas Configurações de Cuidado” não é um “campo ambiental” simplesmente derivado como os anteriores, pois, ainda que se mantenha alinhado com a divisão sexual do trabalho, na medida em que a mãe permanece responsável pelo cuidado, diferencia-se no que diz respeito ao “campo

ambiental” da família nuclear, posicionando-se eventualmente³⁴ como fundadora da família monoparental. Por sua vez, os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional” são representados por círculos menores em azul-esverdeado. Importa ressaltar que, embora posicionados na parte superior do diagrama, estes últimos não são determinados apenas pelo “campo ambiental” sobre o qual se situam diretamente, mas sofrem também a influência indireta das estruturas ambientais mais amplas que os contêm.

INTERLOCUÇÕES REFLEXIVAS

Conforme exposto no capítulo metodológico, nosso procedimento finaliza por meio da etapa denominada interlocuções reflexivas que, em outros estudos empíricos, é conhecida como discussão dos resultados. Nesta etapa, suspendemos momentaneamente o método psicanalítico – atenção flutuante e associação livre, com objetivo de elaborar um trabalho intelectual que faça uma articulação entre os resultados interpretativos criados/encontrados e as contribuições teóricas de autores psicanalíticos e não psicanalíticos que já refletiram, direta ou indiretamente, sobre o fenômeno estudado. Com a articulação de diferentes perspectivas teóricas, buscamos enriquecer, expandir e problematizar os achados interpretativos do presente estudo.

³⁴ Lembramos aqui que as “mulheres-mães solo” fundam famílias monoparentais, como abordado em Montezi, Barcelos, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2013)

Dividiremos as interlocuções em 3 eixos: Interlocuções com as Feministas Materialistas e Interseccionais, Interlocuções Winnicottianas e Interlocuções sobre Educação: dialogando com Paulo Freire, bell hooks e Angela Davis. Nos diálogos com autoras feministas, abordaremos atravessamentos operados pelos “campos ambientais” aqui selecionados, Patriarcado Capitalista, Divisão Sexual do Trabalho e Família Nuclear, sobre os “campos intersubjetivos de sentido afetivo-emocional”. Dialogaremos com Winnicott para refletir sobre a questão concreta do cuidado infantil, uma vez que esse autor parece ter descrito de modo bastante preciso as necessidades da criança, pelo menos no que diz respeito à sua teoria do amadurecimento, que culmina na aquisição da capacidade de se preocupar com o outro – conforme valores professados, mesmo que pouco praticados, na cultura ocidental. Por outro lado, abordaremos criticamente o modo conservador como pensa a “mãe suficientemente boa”, que, a ser tomado como verdadeiro, impediria que, em sã consciência, a mulher-mãe optasse por criar o filho sem ter participado anteriormente de um contexto conjugal. Finalizaremos com Paulo Freire, bell hooks e Angela Davis porque tais autores convergem na defesa de que a educação seria instrumento valioso de transformação social. Assim, pensamos que seria proveitoso dialogar com essa ideia, uma vez que nossos resultados interpretativos trazem um “campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional”, nomeado “Sintonia com o Futuro”, que criaria um novo “campo ambiental”, as “Novas Configurações de Cuidado”.

Primeiro Eixo: Interloquções com Feministas Materialistas e Interseccionais

Ainda que tenhamos usado apenas autoras feministas materialistas para contextualizar macrossocialmente o problema aqui estudado, não deixaremos de incluir também, em nossas interloquções reflexivas, o feminismo interseccional, lembrando que essas duas diferentes correntes de pensamento são diversas, mas podem e são frequentemente usadas de modo complementar. O feminismo materialista emergiu nos anos setenta, entre intelectuais e militantes de esquerda, pensando o patriarcado capitalista como estrutura a ser transformada no processo de luta pela igualdade de gênero. O feminismo interseccional irrompeu na cena feminista durante os anos oitenta, a partir do feminismo negro, para destacar que o patriarcado capitalista não atinge a todos do mesmo modo, incidindo diferentemente conforme a classe, a raça e a orientação sexual. Entretanto ambos coincidem num ponto que é fundamental, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta: o fenômeno da maternidade não pode ser pensado apenas como experiência subjetiva, mas deve estar articulado aos contextos macrossociais nos quais se insere.

Segundo Rich (1976/2019; 1986) o conceito de maternidade pode ser compreendido a partir de dois parâmetros distintos: como instituição e como experiência³⁵. Para a autora, a maternidade como instituição é um pilar político do patriarcado, desenhado para assegurar que o potencial reprodutivo feminino sirva aos interesses masculinos.

³⁵ Atualmente, predomina uma distinção terminológica que reserva a palavra "maternagem" para a descrição dos cuidados em si, independentemente de quem os fornece, enquanto "maternidade" qualifica a dimensão institucional.

Ela é definida por forças externas à mulher, como as leis, a medicina e religião, por exemplo, e funciona ao transformar a maternidade em um destino compulsório, isolando as mães umas das outras e impondo um ideal de abnegação total que gera culpa e sentimento de fracasso. É uma estrutura que aliena a mulher de seu próprio corpo e de seu poder.

Essa ideia, retomada enfaticamente por O'Reilly (2016; 2019), significa que, enquanto instituição, a maternidade seria socialmente moldada, segundo normas sobre quem deve maternar, o que deve ser feito e como isso deve ser feito. Por outro lado, a maternidade como experiência diz respeito ao que é vivido de modo subjetivo e singular na relação entre mãe e filho. Tal diferenciação surgiu a partir da percepção de que a chamada maternidade patriarcal seria uma estrutura que impõe às mulheres ideais de sacrifício e abnegação, muitas vezes inatingíveis e opressoras.

Como instituição, a maternidade na modernidade ocidental é indissociável dos contextos do patriarcado capitalista, da família nuclear e da divisão sexual do trabalho que a sustenta. A partir da revolução industrial, com a expulsão dos camponeses de suas terras, consolida-se um novo modo de vida urbano. Como aponta Federici (1984/2017), sem a possibilidade de subsistência autônoma, a classe trabalhadora nascente só possuía sua força de trabalho para vender. Foi nesse cenário que a família nuclear — a união matrimonial de um homem provedor e uma mulher cuidadora com seus filhos — tornou-se o modelo hegemônico e idealizado por sua funcionalidade para o novo sistema.

Essa organização familiar se fundamenta na divisão sexual do trabalho, um pilar que estrutura toda a vida social. Conforme analisam as feministas materialistas, essa divisão não é um mero arranjo de tarefas, mas uma relação de poder e apropriação (Guillaumin, 1978/2014; Tabet, 1998/2014; Mathieu, 1989/2014). A partir

dela, definem-se, à primeira vista, responsabilidades específicas para cada gênero: aos homens cabe o trabalho produtivo e assalariado fora de casa; às mulheres, o trabalho reprodutivo, que inclui os cuidados com os filhos, a restauração diária da força de trabalho do marido e a manutenção do lar (Federici, 1984/2017; Hirata & Kergoat, 2007). Entretanto, é preciso insistir num ponto que, frequentemente é economizado: a chamada divisão sexual do trabalho nada mais é do que a outorga de uma dispensa total dos homens em relação ao trabalho reprodutivo, o que permite que esse não seja remunerado.

Portanto, é crucial observar que a divisão sexual do trabalho nunca significou uma proibição total do trabalho feminino assalariado. Como demonstra Federici (1984/2017), mulheres e crianças foram brutalmente exploradas nas fábricas. A verdadeira regra era que o trabalho reprodutivo, que inclui o cuidado, permanecesse como atribuição exclusiva das mulheres, independentemente de sua inserção no mercado, consolidando o que atualmente conhecemos como dupla jornada para a maioria subalternizada, para a qual a figura da dona de casa em tempo integral nunca foi uma opção real.

A hegemonia do modelo da família nuclear, estruturado pela divisão sexual do trabalho, produziu pilares fundamentais para a instituição da maternidade que aqui ressaltamos. Vejamos por quais razões.

Primeiramente, a maternidade passou a ser compreendida como conjunto de tarefas exclusivamente femininas, justificada por argumentos de natureza biológica, que tornaria a mulher-mãe instintivamente preparada para o cuidado. Essa naturalização reducionista, já que os fenômenos da esfera ontológica humana, na perspectiva materialista nunca são orgânicos, mas sempre socioculturais (Lukács, 1978/2013), serviria para mascarar uma relação de exploração (Mathieu 1989/2014).

Sendo, de fato, trabalho e não conjunto de atos instintivos, o cuidado é a base que permite a reprodução da força de trabalho. Contudo, sendo apropriado de forma gratuita, torna-se análogo à atividade dos escravizados africanos, que forneceram a matéria prima para as fábricas inglesas. Guillaumin (1978/2014) usa o termo "sexagem" para descrever o processo de apropriação material do tempo, da energia e do corpo das mulheres, enquanto classe social, pela classe dos homens. Sendo o homem dispensado das tarefas domésticas, torna-se o lar seu lugar de descanso para a recuperação do trabalho produtivo, que corresponde à sua única obrigação socialmente reconhecida. Portanto, estrutural e historicamente, o trabalho doméstico desponta, nesse contexto macrossocial, como fazer desvalorizado e indigno do homem, o que, vale lembrar, faz jus à ideia de que a ajuda masculina à mulher se configura sempre como mera "ajuda" masculina, que não altera a estrutura de responsabilidade.

A segunda razão, por meio da qual a família nuclear se impôs como o único modelo familiar verdadeiramente legítimo, diz respeito à visão de que seria o único capaz de prover um ambiente saudável para o desenvolvimento dos indivíduos. Essa hegemonia não foi consequência, mas condição necessária para a organização do capitalismo patriarcal a partir de um formato familiar que garantia a reprodução gratuita de trabalhadores disciplinados. Como analisa Tabet (1998/2014), o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva feminina, dentro dos limites da conjugalidade que define a família nuclear, é central para essa estrutura. Consequentemente, outros arranjos familiares, especialmente aqueles liderados por "mulheres-mães solo", são sistematicamente desconsiderados, estigmatizados e patologizados.

Os “campos de sentido afetivo-emocional” "Crime e Castigo" e "Sem Companhia Masculina" articulam os imaginários conservadores que emanam dos “campos ambientais” "Patriarcado Capitalista", "Divisão Sexual do Trabalho" e “Família Nuclear”. Nestes contextos, a “mulher-mãe solo” figura como transgressora, pois seu arranjo familiar rompe com o modelo normativo que garante a reprodução cotidiana da força de trabalho. Nessa lógica, a gestação fora do casamento é enquadrada como um delito não apenas moral, mas político, cujo "castigo" - a sobrecarga e a solidão - funcionando como um mecanismo de controle social. A culpa é projetada exclusivamente sobre a mulher para reforçar a divisão sexual do trabalho, que a naturaliza como única responsável pelo cuidado não remunerado, enquanto exime o homem de responsabilidade. A sobrecarga e a solidão, impostas a “mulher-mãe solo” como punição, visam à manutenção do sistema, a partir da reafirmação de que não há lugar legítimo para a mulher fora do arranjo familiar tradicional.

Com isso, a partir dos imaginários conservadores e hegemônicos, a “maternidade solo” só pode ser concebida de forma negativa, sendo um “castigo” ou infortúnio sofrido pela “mulher-mãe solo” que ousou desafiar a ordem patriarcal. Nessa perspectiva fica impedida a ideia de que essa condição possa decorrer de escolha ativa da mulher - seja como estratégia de fuga de relações opressivas, como a violência doméstica, seja como um projeto de exercer a parentalidade desvinculada da conjugalidade.

Contudo, embora em contextos conservadores a "maternidade solo" seja compreendida de forma estritamente negativa, o resgate da distinção de Rich (1976/2019; 1986), entre maternidade como instituição e como experiência, permite reconhecer que a “maternidade solo” também apresenta potencialidades. Se a maternidade como instituição é opressora, a maternidade como experiência é o

território da experiência real, subjetiva e corporal da mulher em sua relação com os filhos. É um campo de emoções complexas e contraditórias, que a instituição nega ou condena³⁶. Já O'Reilly (2016;2019), ao conceber suas ideias da maternidade como experiência, avança ao propor a ideia de maternidade feminista, que concebe as mães como agentes capazes de resistir ativamente às normas patriarcais. Afirma que o encontro singular e a relação espontânea entre mãe e filho abrem uma via para contrapor-se aos imaginários conservadores e assim reafirmar e legitimar a sua existência.

O paradoxo da "maternidade solo" é muito bem ilustrado pelo "campo de sentido afetivo-emocional" "Dores e Delícias", que materializa a distinção entre maternidade como instituição e como experiência, conforme teorizado por Rich (1976/2019; 1986) e O'Reilly (2016; 2019). Por um lado, as "dores", podendo ser entendidas como desafios e sofrimentos que a "mulher-mãe solo" vive, emergem da instituição, que evidentemente lançam-na numa condição degradante de condenação moral, humilhação, opróbrio, A dimensão da instituição – que captura os "campos ambientais" conservadores - seria assim, a principal fonte para o entendimento da maternidade como um sofrimento social (Visentin & Aiello-Vaisberg, 2017). Por outro lado, as "delícias" nascem da dimensão da maternidade como experiência: tanto da rica convivência com a criança quanto do reconhecimento social que emerge do "campo ambiental" "Novas Configurações de Cuidado" que tem emergido em espaços sociais que se sintonizam com importantes transformações pautadas em valores de

³⁶ Enquanto instituição, a maternidade é idealizada como um exercício de devoção e amor incondicional, não sendo admitidas, portanto, eventuais e compreensíveis ambivalências que ocorrem na vida cotidiana.

igualdade e justiça social. Nesse novo imaginário, mais progressista, a admiração pela "mulher-mãe solo guerreira", que assume um novo arranjo familiar, sinaliza uma significativa mudança nos imaginários coletivos.

O “campo de sentido afetivo-emocional” “Sintonia com o futuro” articula os imaginários progressistas que emanam do “campo ambiental” “Novas Configurações de Cuidado”, contrapondo-se à ideia de que os estigmas e dificuldades da “mulher-mãe solo” - expressos nos campos “Crime e Castigo” e “Sem companhia masculina” – mantenham-se permanentes. Em vez disso, projeta sua superação através de uma profunda transformação social, fundamentada na potência da maternidade como experiência. O futuro almejado aqui não se limita à garantia de direitos básicos, que possam contemplar as “mulheres-mães solo” e seus filhos, mas inclui amplas transformações que modificariam também as condições da vida concreta todas as mulheres e de todos os grupos oprimidos. Por meio da consolidação de práticas que, derivadas da “Sintonia com o futuro”, que emergiriam no “campo ambiental” “Novas Configurações de Cuidado”, as relações de cuidado se configurariam a partir da: redistribuição do trabalho reprodutivo, da flexibilização dos papéis de gênero e, sobretudo, a promoção de uma consciência que legitimaria a potência de arranjos familiares diversos, capazes de produzir subjetividades mais autônomas e livres da culpa imposta pelo modelo tradicional.

A proposição mais progressista do campo “Sintonia com o Futuro” denota consonância com as ideias de “maternidade empoderada” de O’Reilly (2016; 2019), conforme a qual não basta desconstruir a maternidade como instituição, já que novas formas de maternar devem ser ativamente colocadas em prática. Por essa via, visões opressivas seriam desconstruídas, enquanto surgiriam vínculos empoderadores com os filhos, num processo de valorização política do maternar e de construção do apoio

coletivo entre mães. Assim, O'Reilly (2016;2019), transforma o conceito de maternidade como experiência de Rich (1976/2019; 1986), colocando-a em um local de agência política, onde a mãe não é apenas uma vítima da instituição, mas agente capaz de subverter as normas patriarcais a partir de suas ações cotidianas.

Segundo Eixo: Interlocações com Winnicott

Para muitos, o conceito de “Preocupação Materna Primária representou uma mudança significativa para se pensar o cuidado infantil. Com este conceito, Winnicott (1956/2020) descreveu um estado psicológico particular e temporário que acomete a mãe no período próximo ao nascimento de seu bebê e que pode perdurar após algumas semanas do parto. O autor argumentou, também, que essa condição poderia ser considerada doença caso ocorresse fora do período gravídico-puerperal. Essa "doença normal" permitiria que a mãe viesse a desenvolver uma sensibilidade aguçada por meio de uma identificação quase total com seu filho. Winnicott (1956/2020) salienta que, nesse estado, a mãe biológica seria capaz de se antecipar e atender às necessidades mais primitivas do bebê de uma forma que ninguém mais conseguiria, funcionando como um ego auxiliar e protegendo-o de angústias impensáveis.

O chamar a atenção para esse estado de profunda conexão intuitiva, existente entre a mãe e o bebê, ocorreu no contexto de sua declarada intenção de promover mudanças no paradigma do cuidado infantil, então vigente, protegendo as mães do que considerava uma intrusão prejudicial do saber competente (Winnicott, 1964/2002). Assim, esforçou-se no sentido de deslocar a autoridade disciplinar dos

manuais de puericultura, valorizando a figura materna, cuja sintonia afetiva e sensibilidade seriam os elementos mais cruciais para um desenvolvimento saudável do bebê. Consolidou, desse modo, a ideia de que ser uma mãe "suficientemente boa" dependia mais da conexão emocional do que da perfeição técnica.

Apesar da preocupação materna primária ter surgido num contexto de defesa da autonomia da mãe (Winnicott, 1964/2002), diante de um saber que, visando o bem-estar do bebê, acabava por submetê-la de modo invasivo, o conceito em si apresenta aspectos problemáticos que devem ser criticados. Essa associação se funda sobre um reducionismo biológico, sugerindo que tal estado de sensibilidade e identificação com o bebê seria uma prerrogativa da fêmea humana, em flagrante equívoco ontológico, já que o cuidado infantil está longe de ser um fenômeno limitado da esfera orgânica do ser, uma vez que é culturalmente produzido (Gottlieb 2004/2012; Rogoff, 2003). Afinal, pesquisas antropológicas empíricas têm demonstrado, de modo profundamente convincente que, se o fenômeno da dependência infantil pertence, esse sim, à esfera biológica orgânica, o modo humano de solucioná-lo tem variadas formas em diferentes sociedades humanas³⁷, segundo práticas que, rigorosamente falando, correspondem a "trabalho vivo", na acepção rigorosa que o termo assume no materialismo dialético, como categoria fundante do modo humano de existir (Lukács, 1978/2013).

³⁷ Na obra de Gottlieb (2012/2004) temos o cuidado sendo compreendido como tarefa coletiva a partir das suas observações da organização social da tribo africana *Beng*. Já Rogoff (2003) afirma que o cuidado pode ser pensado de diversas formas, citando inúmeros exemplos transculturais, criticando a visão etnocentrista do cuidado e propondo o cuidado como motor do desenvolvimento cultural.

Infelizmente, o equívoco reducionista, contido no conceito de preocupação materna primária (Winnicott, 1956/2020), sendo absolutamente compreensível, no contexto da formação do autor, acabou sendo perpetuado mesmo por seguidores competentes de sua obra, como Plastino (2012), em pleno século XXI. Aliás, é interessante notar como um pequeno texto, não fundamentado em pesquisa empírica, nem na descrição de casos clínicos, pode ser tomado de modo tão isento de reflexão por uma grande maioria de autores que, de resto são indiscutivelmente respeitáveis. Entendemos que esse fato se explique em razão de ecoar crenças inquestionadas (Schutz, 1944) ainda prevalentes atualmente em muitos espaços sociais. Deste modo, o uso e difusão da ideia de preocupação materna primária, como fenômeno biologicamente enraizado, acaba contribuindo para a manutenção de imaginários conservadores, que defendem a divisão sexual do trabalho e a família nuclear como formas superiores de organização social.

Encontramos nos “campos de sentido afetivo emocional” “Crime e Castigo”, “Sem companhia masculina” e “Dores e Delícia”, que emergem dos “campos ambientais” “Divisão Sexual do Trabalho” e “Família Nuclear”, imaginários conservadores que estão em consonância com o conceito winnicottiano de “preocupação materna primária”. Tais imaginários naturalizam o cuidado como uma tarefa inerente e exclusiva da figura feminina e, mais especificamente, da mulher-mãe. Essa associação, como dissemos, arrisca-se a promover um reducionismo biológico ao sugerir que a sensibilidade e a identificação essenciais ao bebê seriam uma prerrogativa que, sendo inata das mulheres, apenas se manifestaria na mãe biológica, por conta de processos como gestação e parto. Por essa via, se fecha a possibilidade de que esse estado de prontidão para o cuidado do bebê possa ser cultivado por outros seres humanos, tais como mães adotivas, pais e integrantes da família extensa

ou da comunidade, independentemente de gênero. Situações como a da criança da tribo Beng (Gottlieb,2004/2012), que pode receber cuidado, em um só dia, por um diferente número de pessoas da comunidade, tornam-se impensáveis – talvez porque o individualismo, à moda ocidental, leve-nos a acreditar que a presença de mais de um cuidado impediria a constituição do *self*, confundindo o bebê.

O campo “Sintonia com o futuro”, derivado das “Novas Configurações de Cuidado”, propõe uma visão progressista na medida em que aborda o cuidado infantil não apenas como preocupação com os próprios filhos, mas também com as novas gerações, interessando-se por transformações sociais que possam possibilitar melhor desenvolvimento. Nesse contexto, a figura da “mulher-mãe solo” pode ser tomada como expressão de um momento de transição entre a hegemonia da família nuclear e outras configurações, que já despontam no cenário social. Cabe, a nosso ver, afirmar que, ainda que, na condição “solo” o cuidado infantil recaia inteiramente sobre a “mulher-mãe solo”, a realidade concreta de sua vida tanto legitima novos arranjos familiares, como também abre espaço para que o cuidado seja compreendido não mais como uma tarefa parental restrita à família, mas como uma responsabilidade coletiva e social.

Em consonância com estes campos, não consideramos que o cuidado seja uma prerrogativa feminina. Ao analisarmos o conceito de “preocupação materna primária”, extraímos uma importante afirmação feita por Winnicott (1956/2020), que nos parece sintetizar tal função. O autor declara que este cuidado atento e espontâneo só pode ser exercido pela mãe por ela oferecer uma atenção disponível e sensível, capaz de se conectar com as necessidades maturacionais do bebê. Ora, se a “preocupação materna primária” está mais vinculada a um atributo de sensibilidade e disponibilidade para atender às necessidades da criança, ela não estaria

necessariamente restrita à mãe biológica, mas poderia ser exercida por qualquer ser humano que se disponha a desempenhá-la. Nessa linha de pensamento, devem ser lembradas as discussões, feitas por Campana, Santos e Gomes (2019), que argumentam que a “preocupação materna primária” pode ser assumida e exercida por qualquer cuidador principal que se dedique ao bebê³⁸. De nossa parte, acrescentaríamos, baseadas nos estudos de Gottlieb (2004/2012), que provavelmente pode ser também compartilhada por mais de um cuidador.

Fazendo uma leitura mais crítica e criativa da obra winnicottiana, podemos considerar que o cuidado pode ser compreendido como a manifestação de uma capacidade sofisticada, conquistada ao longo do amadurecimento emocional, que Winnicott (1963/2022) denominou “capacidade de se preocupar com o outro”. Essa capacidade refere-se a uma conquista do amadurecimento emocional, na qual o indivíduo transita de um amor inicialmente impiedoso para a habilidade de assumir responsabilidade, preocupar-se genuinamente com o outro e realizar reparações.

A origem dessa disposição, contudo, não decorre de uma mera obrigação social. Alinha-se, na verdade, ao que Plastino (2012), em sua leitura do texto winnicottiano, nomeou como “sentimento ético”: uma base que emerge espontaneamente das tendências inerentes ao desenvolvimento humano. Segundo essa perspectiva, a ética primordial reside na capacidade inata do bebê para a mutualidade, que floresce em um ambiente “suficientemente bom”. Portanto, o

³⁸ Campana, Santos e Gomes (2019), propõem que, diante das novas configurações familiares e da maior participação de outros cuidadores, o estado de devoção e sintonia com as necessidades do bebê pode ser desenvolvido por qualquer pessoa que assuma essa posição, sugerindo a adoção do termo “preocupação parental primária” para desvincular o conceito de gênero e enfatizar a qualidade do cuidado em si, e não quem o exerce.

cuidado, fundamentado nessa capacidade de se preocupar e de considerar o outro, e, portanto, no sentimento ético, revela-se uma capacidade humana universal, resultante do amadurecimento e não restrita a um gênero ou laço de parentesco específico.

Terceiro Eixo: Interloquções com Paulo Freire e Angela Davis e bell hooks

Neste eixo de interlocução, iremos dialogar com Paulo Freire, Angela Davis e bell hooks para refletir sobre a dimensão da educação como processo emancipatório para as “mulheres-mães solo”. Partindo de Paulo Freire, bell hooks (1994/2017) propõe, em "Ensinando a Transgredir", uma pedagogia engajada, que liberta porque se insurge contra as estruturas do poder vigente, tal como se expressam dentro da sala de aula. Essa perspectiva se alinha diretamente àquela defendida por Angela Davis, ao evidenciar que a luta contra a opressão no espaço educacional é inseparável das lutas antirracistas e feministas. Todos convergem no entendimento de que a educação é um poderoso instrumento político quando está em jogo a luta por uma sociedade humanista inclusiva, democrática e igualitária.

Ao focalizar na transformação social por meio da educação, este eixo se concentrará em dois campos específicos: o "campo de sentido afetivo-emocional" da “Sintonia com o Futuro” e o "campo ambiental” das “Novas Configurações de Cuidado”. A escolha por estes campos se porque se alinham como progressistas num panorama que, no geral, ainda é bastante conservador, na medida em que trazem um aspecto, a nosso ver fundamental, da experiência vivida pelas “mulheres-mães solo”.

No campo “Sintonia com o futuro”, é expressa a crença de que as adversidades, enfrentadas pelas “mulheres-mães solo”, poderão ser superadas por meio de transformações sociais, para cuja realização a educação seria um caminho altamente significativo. Neste campo, percebemos não apenas preocupação com o futuro dos próprios filhos, mas também com a criação de um “amanhã melhor” que possam contemplar a todos. Revela-se, portanto, em sintonia com pautas feministas, que em suas lutas, buscam não só benefícios e direitos para as mulheres, mas também benefícios e direitos de outros grupos oprimidos e marginalizados. Estando em consonância com o que Paulo Freire (1987) afirmou, ao dizer que *“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”* (Freire, 1987, p.52).

A busca por um mundo melhor, a partir da perspectiva deste trabalho, concretiza-se ao lutar por garantir o acesso de "mulheres-mãe solo" à educação, o que ampliaria tanto a possibilidade de melhoria das condições concretas de vida, como também a conscientização sobre a realidade social, que favoreceria a adoção de posicionamentos ético-políticos progressistas e libertadores. Ecoam, nesse sentido, a afirmação de Davis (2016) conforme a qual a luta feminista por acesso à educação nunca foi uma questão meramente acadêmica, mas sim um campo central de batalha política, intrinsecamente ligado às estruturas de poder de raça, classe e gênero.

Essa visão da educação, como um campo de batalha, também está presente, de modo bastante enfático, nas ideias de bell hooks (1994/2017), para quem o

conhecimento teórico pode ser, em si mesmo, uma prática libertadora³⁹. Para as "mulheres-mãe solo", o acesso ao estudo transcende a busca por um diploma; ele se torna o caminho para encontrar, como a própria hooks relata, em sua jornada, um "lugar de cura". Ao se deparar com o pensamento crítico, essas mulheres ganham ferramentas para nomear suas dores, compreender as opressões que estruturam suas vidas e, a partir daí, imaginar e criar novas formas de resistência. A teoria deixa de ser um jargão abstrato e se converte, em um instrumento que "*...pode nos fortalecer em nossa vida e em nosso trabalho*" (hooks, 2019, p. 84). Portanto, a educação se firma como o espaço privilegiado para diminuir "*a distância entre o que se estuda e a vida que se vive*" (hooks, 2019, p. 100), transformando o conhecimento em uma força motriz para a ação política e a emancipação pessoal. Neste sentido, o estudo seria um instrumento para aumento de conscientização, tornando-se um processo coletivo e crítico de leitura da realidade, que permitiria que indivíduos e grupos sociais compreendessem as raízes estruturais de seus problemas e se organizassem para superá-los (Freire, 1979).

Por outro lado, no que tange à posição da mulher negra, essa conscientização se materializa em oportunidades concretas de ascensão social. Ao alcançarem melhores colocações profissionais, tornar-se-iam capazes de se fortalecer e conquistar a independência financeira. Essa autonomia seria uma ferramenta essencial no enfrentamento de violências domésticas, pois eliminaria a dependência material, que muitas vezes obriga a mulher a permanecer em um vínculo conjugal por

³⁹ Em "Ensinando a Transgredir" (1994/2017), bell hooks estabelece um profundo diálogo com Paulo Freire, influência marcada por múltiplas citações e que culmina em uma homenagem explícita no capítulo "Educação como prática para a liberdade", inteiramente dedicado ao educador brasileiro.

temer a precariedade econômica. Entretanto, o empoderamento individual e econômico, adquirido pelas mulheres, transbordaria da esfera privada para a pública. Com isso, tornar-se-ia um caminho mais desimpedido rumo à ocupação de cargos políticos e de poder, posições estratégicas de onde poderiam impulsionar transformações sociais em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, gostaríamos de ressaltar nossa compreensão de que produzir conhecimento qualitativo, focalizando fenômenos humanos, é empreitada que não pode ter, como objetivo, a elaboração de análise explicativa que vise esgotar ou reduzir as possibilidades de sentido. A nosso ver, trata-se, antes de mais nada, de produzir conhecimento compreensivo sobre sentidos afetivo-emocionais vividos por personalidades individuais e coletivas, bem como apreender, com clareza, a inter-relação existente entre tais sentido e os contextos macrossociais nos quais estão inseridos.

Sendo assim, compreendendo os limites e as potências da nossa escolha metodológica, a presente pesquisa, que teve por objetivo investigar as experiências vividas por “mulheres-mães solas” brasileiras, possibilitou, com o uso do método investigativo da psicanálise, que chegássemos a resultados interpretativos que correspondem à criação/encontro de quatro “campos de sentido afetivo-emocional”: “Crime e Castigo”, “Sem Companhia Masculina”, “Dores e Delícias” e “Sintonia com o Futuro”. Em estudo preliminar, que visava a compreensão dos contextos macrossociais, no âmbito é vivida a experiência contemporânea das mulheres, já nos tínhamos apropriado de uma visão confiável sobre os contextos macrossociais, que usamos como o “campos ambientais”, aqui designados como “Patriarcado Capitalista”, “Divisão Sexual do Trabalho”, “Família Nuclear” e “Novas configurações de cuidado”.

A constelação dos resultados obtidos e das interlocuções realizadas nos permitiu distinguir realizar três eixos reflexivo-dialógicos: 1) diálogo com as autoras feministas, refletindo principalmente sobre questões estruturais e macrossociais que condicionam a experiência vivida; 2) diálogo com Winnicott, pensando o conceito de cuidado e sua relação com os “campos de sentido afetivo-emocional”; e 3) diálogo

com Paulo Freire, Angela Davis e bell hooks, refletindo sobre o estudo como instrumento de transformação social, tópico que emergiu nos nossos resultados como caminho para o futuro. A partir daí, chegamos às seguintes considerações:

1. O fenômeno da maternidade, com foco na experiência das "mulheres-mães solo", deve ser compreendido a partir da distinção fundamental entre a maternidade como instituição e como experiência. Como instituição, a maternidade é descrita como uma estrutura opressora, moldada pelo patriarcado capitalista, pela família nuclear e pela divisão sexual do trabalho – que são os “campos ambientais” do nosso estudo –, que impõe o cuidado como tarefa exclusivamente feminina e pune arranjos familiares que fogem a essa norma, enquadrando a “mulher-mãe solo” como uma transgressora ("Crime e Castigo"), que vive sobrecarregada pela responsabilidade de sustento e cuidado do filho, “Sem companhia masculina”. Entretanto, a vivência dessas mulheres é paradoxal ("Dores e Delícias"): as "dores" emergem do estigma e da sobrecarga impostos pela instituição, enquanto as "delícias" nascem da relação subjetiva e gratificante com o filho. O texto conclui que a maternidade como experiência pode se transformar em um ato de resistência e agência política ("maternidade empoderada"), posicionando a “mulher-mãe solo” como uma figura central na construção de um futuro com novas configurações de cuidado coletivo ("Sintonia com o Futuro"), desafiando o modelo tradicional.
2. Ao refletir sobre o cuidado, partimos do conceito winnicottiano de "Preocupação Materna Primária", reconhecendo a intenção de Winnicott (1956/2020) de valorização da figura materna e de seu potencial de autonomia, como cuidadora que não requer ser tutelada e submetida por especialistas científicos. Contudo, fazemos uma crítica à tendência, mais ou menos implícita no

conceito, de atrelar o cuidado quase que exclusivamente à figura da mãe biológica, o que arrisca reforçar um reducionismo biológico e imaginários sociais conservadores, que naturalizam o cuidado como uma tarefa feminina. Ao pensar a tarefa do cuidado, buscamos desvincular o conceito de gênero, argumentando que a "preocupação primária" é, na verdade, uma função psíquica de sensibilidade e disposição que pode ser desempenhada por qualquer cuidador dedicado. Por fim, consideramos que o cuidado deve ser pensado de forma mais ampliada, conectando-o à capacidade de se preocupar com o outro, afirmada por Winnicott (1963), que seria uma capacidade humana universal, fruto do amadurecimento emocional, não restrita nenhuma condição de gênero.

3. De acordo com as "mulheres-mães solo", aqui estudadas, a educação seria um poderoso instrumento para a emancipação, o que, como sabemos, converge fortemente com as ideias de Paulo Freire, Angela Davis e bell hooks, que selecionamos como interlocutores sobre essa questão. A educação surge, nos textos desses autores, não apenas como ato cognitivo, mas como "batalha política" (Davis, 2016) e como processo de "conscientização" (Freire, 1987; 1979) que permite a compreensão das raízes estruturais da opressão. Na prática, o estudar pode se tornar um "lugar de cura" (hooks, 1994/2017), onde a teoria ajuda a nomear as dores e a conectar o aprendizado com a experiência vivida, transformando o conhecimento em uma ferramenta de resistência. Esse processo de conscientização desencadeia uma transformação em cascata: possibilita a autonomia financeira como forma de enfrentar violências e culmina no empoderamento político, capacitando as mulheres a ocuparem espaços de poder e a se tornarem agentes de mudanças sociais em larga escala.

Consideramos que nosso estudo contribuiu para o avanço no conhecimento compreensivo sobre o tema, tanto por possibilitar a percepção clara do sofrimento social aí envolvido, como por não se restringir apenas aos aspectos negativos da experiência da "mãe solo", frequentemente promovidos por imaginários conservadores. Desse modo, tanto pode contribuir para uma maior conscientização sobre as raízes dos julgamentos sociais depreciativos como para uma desestigmatização da "mulher-mãe solo".

A pesquisa também favorece uma visão mais clara sobre a importância da condição "solo", na medida em que revela que os novos arranjos familiares, cuja configuração motiva, podem surgir como escolha autônoma e voluntária passível de ser vivida de modo positivo e gratificante. Podem, portanto, constituir-se como ambientes suficientemente bons, principalmente se o cuidado infantil puder ser repensado de forma a diminuir a sobrecarga materna. Portanto, pode-se declarar, sem reservas, que o estudo aponta para a relevância de processos de concepção de novos arranjos de cuidado que possam, inclusive, transcender o modelo familiar/parental.

Apesar das contribuições, reconhecemos que toda pesquisa apresenta limites pois sempre corresponde a um recorte, e todo e qualquer recorte abandona, forçosamente, um sem-número de aspectos significativos do fenômeno em estudo. Entretanto, exatamente por ser limitado, todo trabalho pode vir a apontar a necessidade de novas pesquisas. Sendo assim, podemos sugerir, agora, como estudos complementares ao atual, a investigação de imaginários coletivos de "mulheres-mães solo", que explorem mais detalhadamente a vertente da interseccionalidade — focando, por exemplo, o estudo em mulheres negras — e utilizando outros instrumentos já consolidados em nosso grupo de pesquisa, como o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (PDE-T).

Finalizamos ressaltando nossa satisfação por termos tido a oportunidade de complementar nossos estudos teóricos, sobre maternidade e sofrimento social, num campo intersubjetivo que nos permitiu escutar e aprender sobre opressão com mulheres que as enfrentam cotidianamente desde a condição “solo”. Sabemos, evidentemente, que pessoas que se dispuseram a participar de um vídeo, elaborado com vistas à disponibilização em espaço virtual, provavelmente atingiram um nível de conscientização sobre essa condição mais alto do que muitas outras, que permanecem em sofrimento, mas não compreendem claramente como esse se produz. Entretanto, temos razões para acreditar que vigore, atualmente, entre as brasileiras, tendências a adotar posicionamentos éticos e políticos análogos aos das mulheres aqui ouvidas, que se sintonizam com transformações sociais voltadas a um incremento da igualdade, da solidariedade e de uma inclusão social radicalmente humanista.

Compreende-se, portanto, que os resultados interpretativos, que criamos/encontramos, faça em nós reverberar palavras de Paulo Freire (1992), quando definiu que a esperança, diante de dificuldades e sofrimentos sociais, não seria um esperar passivo por melhores condições, e sim um esperançar, como um movimento ativo de busca por melhores modos de viver nossa humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aiello-Fernandes, R. (2013). *“Da entrada de serviço ao elevador social”*: racismo e sofrimento. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas-SP, 146p.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia* [Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo]. Repositório de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-24022006-090139/pt-br.php>

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo clínico ser e fazer: Resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., Gallo-Belluzzo, L., & Schulte, C. (2019). O sofrimento no desamparo e a clínica psicanalítica do cuidado. In M. C. R. de Magalhães & T. M. J. Aiello-Vaisberg (Orgs.), *Método psicanalítico e sofrimento social* (pp. 97–116). Juruá Editora.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., Gallo-Belluzzo, S. R., & Visintin, C. (2020). *Maternidade e sofrimento social em tempos de Covid-19: Estudo de mommy blogs*. SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.356>

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). Transicionalidade e ensino de psicopatologia: Pensando "aulas práticas" com Winnicott. *Passages de Paris*, 1(1). <https://www.sumarios.org/artigo/transicionalidade-e-ensino-de-psicopatologia-pensando-aulas-pr%C3%A1ticas-com-winnicott>

Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transférentiels comme présentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Ed.), *Psychanalyse, philosophie, art: dialogues* (pp. 39–52). L'Harmattan.

Amatuzzi, M. M. (2007). *Experiência: um termo chave para a Psicologia*. Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 13, 8-15. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2007.6699>

Ambrosio, F. F., Aiello-Fernandes, R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Pesquisando sofrimentos sociais com o método psicanalítico: Considerações conceituais. In *Anais da Jornada de Apoiar*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Assis, N. D. P., Schulte, A. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2022). Sofrimento de meninas adolescentes na série *13 Reasons Why*: Um estudo psicanalítico. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 24(2), ePTPCP14104. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP14104.pt>

Baranger, M., & Baranger, W. (1994). La situación analítica como campo dinámico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 4(1), 3–54.

Bleger, J. (1984). *Psicologia da conduta*. Artes Médicas. (Original publicado em 1963)

Bleger, J. (1988). *Psicanálise e dialética materialista*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1958).

Bleger, J. (1995). *Temas de psicología: Entrevistas y grupos*. Ediciones Nueva Visión. (Obra original publicada em 1967).

Bollas, C. (1993). *Fuerzas de destino: Psicoanálisis y idioma humano*. Amorrortu editores. (Obra original publicada em 1989).

Bollas, C. (1995). *Cracking up: The work of unconscious experience*. Routledge.

Bollas, C. (2015). *A sombra do objeto*. Editora Escuta. (Obra original publicada em 1987).

Bourdieu, P. (Coord.). (1997). *A miséria do mundo*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1993)

Borges Galvão, L. (2020). Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, 1(1). <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>

Brasil. (1962). *Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4121.htm

Brasil. (1977). *Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977*. Dá nova redação ao § 1º do art. 175 da Constituição Federal. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc09-77.htm

Brasil. (1977). *Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977*. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (2002). *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

Campana, N. T. C., Santos, C. V. M. dos, & Gomes, I. C. (2019). De quem é a preocupação primária? A teoria winnicottiana e o cuidado parental na contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, 31(1), 33–53. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A02>

Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57–72. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300006>

César, C. (1995). *Mama África [Música]*. Em *Aos Vivos. Velas*.

CNN Brasil. (2024, 28 de abril). *Atlas da violência: Homens negros morrem mais cedo que demais idosos no Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/atlas-da-violencia-homens-negros-morrem-mais-cedo-que-demais-idosos-no-brasil/>

Davis, A. Y. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1981).

Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Fundação Getúlio Vargas. (Obra original publicada em 1998).

Endo, P. C. (2018). Freud, o inconsciente, a des-memória, a in-memória e os paradoxos do esquecimento, do sonho e do real de Auschwitz. *Percurso*, 60, 77–88.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.

Fernandes, R. A., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: Considerações preliminares. In *Anais da X Jornada de Apoiar* (pp. 1-13). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/12/ANAIS_X_JORNADA_APOIAR-2012.pdf

Fraser, N. (2001). *Redistribuição ou reconhecimento? Uma crítica à dualidade da justiça* (L. C. Leão, Trad.). Editora UNESP.

Fraser, N. (2015). Por trás do laboratório secreto de Marx: Por uma concepção expandida do capitalismo. *Revista Direito e Práxis*, 6(1), 703–728. <https://doi.org/10.12957/dep.2015.15431>

Freire, P. (1979). *Educação e mudança*. Paz & Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Paz & Terra. (Obra original publicada em 1968).

Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freud, S. (2019). *A interpretação dos sonhos* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1900).

Freud, S. (1976). Delírios e sonhos na "Gradiva" de W. Jensen. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 13–98). Imago. (Trabalho original publicado em 1907)

Freud, S. (1970). Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 59–126). Imago. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. (1974). O Moisés de Michelangelo. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 249–282). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1996). *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos* (J. Salomão, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1933).

Freud, S. (2010). *Obras completas: Vol. 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) descrito em autobiografia (O caso Schreber), 1911-1913* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1911).

Freud, S. (1974). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 81–110). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Fulgencio, L. (2014). Pode a psicanálise de Winnicott ser a realização de um projeto de psicologia científica de orientação fenomenológica? *Psicologia USP*, 25(3), 249–257. <https://doi.org/10.1590/0103-656420130032>

Gallo-Belluzzo, S. R., Ferreira-Teixeira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). The imaginary of Brazilian adolescents in relation to university entrance exams: A psychoanalytic study. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 27(Suppl. 1), 404–412. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201705>

Giuseppe, E., & Romero, E. (2007). “Para ser macho não pode negar fogo, tem que ser viril. Então não tem nada a ver com a dança.” *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, 9(8). <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v9i8.2821>

Guillaumin, C. (2014). Prática do poder e ideia de Natureza. In B. Bento (Org.), *Cisheterossexualidade, uma categoria política?* (pp. 95–144). Editora UFG. (Trabalho original publicado em 1978)

Gobbi, M. (2023). Casa da mãe solo: Na cidade segregada, a produção de um lugar para mulheres e crianças que estão por vir. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 23, e-42252. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42252>

Gottlieb, A. (2012). *Tudo começa na outra vida: A cultura dos recém-nascidos no oeste da África*. Editora Unifesp.

Greenberg, J. R., & Mitchell, S. A. (1983). *Object relations in psychoanalytic theory*. Harvard University Press.

Griffin, E. (2013). *Liberty's dawn: A people's history of the Industrial Revolution*. Yale University Press. <https://doi.org/10.12987/yale/9780300151800.001.0001>

Herrmann, F. (1979). *O método da psicanálise*. EPU.

Herrmann, F. (2001). *Escuta e construção de sentido: A clínica psicanalítica como prática de linguagem*. Casa do Psicólogo. (Originalmente publicado em 1979).

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. V. Pereira, Trad.). WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994).

hooks, b. (2019). *Teoria feminista: Da margem ao centro*. Editora Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1984).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023, 25 de agosto). *Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). *Censo Brasileiro de 2022: Composição domiciliar e óbitos informados*. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=4>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102086.pdf>

Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. L. Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-68). UNESP.

Kleinman, A., Das, V., & Lock, M. (Eds.). (1997). *Social suffering*. University of California Press.

Kopanakis Fernandes, A. R. (2022). *Chuteiras novas para pés descalços: imaginário coletivo de jovens futebolistas* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório Digital da PUC-Campinas.

Lagache, D. (1986). La psychanalyse envisagée comme analyse de la conduite. In D. Lagache, *La folle du logis* (pp. 287–306). Presses Universitaires de France.

Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1991). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes. (Original publicado em 1967).

Lessa, S. (2012). *A abolição da família monogâmica*. *Crítica Marxista*, São Paulo, 35, 41-58.

Liberman, A. (2014). Stephen A. Mitchell y el psicoanálisis rioplatense “clásico” (Bleger): Algunas convergencias. *Clínica e Investigación Relacional*, 8(1), 51–60.

Lima, T. A. de. (2021). *“Mãe solo é mãe sozinha”*: Tece vivências de mães negras em Fortaleza-CE e região metropolitana [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]. Repositório Institucional da UFC. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63971/3/2021_dis_talima.pdf

López, D. B., & Lopes, C. E. (2022). O conceito de lugar de fala: Das possibilidades de delimitação aos riscos de esvaziamento conceitual. *Psicologia Política*, 22(55), 668–687.

Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II* (N. Schneider, I. Tonet, & R. V. Fortes, Trad.). Boitempo.

Maia, C. de J. (2007). *A invenção da solteirona: Conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890–1948)* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2331>

Mariguela, M. A. (2005). *Jacques Lacan, o passador de Politzer: Surrealismo e psicanálise* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp.

Mathieu, N. C. (2014). Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero. In B. Bento (Org.), *Cisheterossexualidade, uma categoria política?* (pp. 37–61). Editora UFG. (Trabalho original publicado em 1989)

Mitchell, S. A., & Aron, L. (Eds.). (1999). *Relational psychoanalysis: The emergence of a tradition*. Routledge.

Montezi, A. V., Barcellos, T. F., Ambrósio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Linha de Passe: Adolescência e imaginário em um filme brasileiro. *Psicologia em Revista*, 19(1), 74-88. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p74>

Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires.

O'Reilly, A. (2019). Matricentric feminism: A feminism for mothers. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, 10(1/2). <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40551>

O'Reilly, A. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Demeter Press, 2016.

Pichon-Rivière, E. (1993). *Conversaciones con Enrique Pichon-Rivière: Sobre el arte y la locura* (V. Zito Lema, Ed.). Ediciones Nueva Visión. (Obra original publicada em 1973).

Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1971).

Plastino, C. A. (2012). A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana. *Winnicott E-prints*, 7(2), 1–19. <http://www.winnicott-e-prints.org/index.php/winnicott-e-prints/article/view/178>

Plotkin, M. (2011). José Bleger: Jew, marxist and psychoanalyst. *Psychoanalysis and History*, 13(2), 181–205. <https://doi.org/10.3366/pah.2011.0090>

Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da psicologia: A psicologia e a psicanálise*. Unimep. (Original publicado em 1928).

Politzer, G. (2022). O fim da psicanálise. In *Crítica dos fundamentos da psicologia e outros escritos* (pp. XX–XX). Lavrapalavra Editorial. (Obra original publicada em 1939).

Politzer, M. (2013). *Les trois morts de Politzer*. Flammarion.

Renault, E. (2004). *L'expérience de l'injustice: Reconnaissance et clinique de l'injustice*. La Découverte.

Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: Sociologie, psychologie et politique*. L

Renault, E. (2017). *Reconnaissance, conflit, domination*. CNRS Éditions.

Renault, E., Duménil, G., & Löwy, M. (2011). *Ler Marx*. Editora Unesp.

Rich, A. (2019). *Nascida de mujer: la maternidad como experiencia e institución* (A. Becciu, Trad.). Traficantes de Sueños. (Obra original publicada em 1976).

Ribeiro, D. (2019). *O que é lugar de fala*. Jandaíra.

ROCHA, M.; MELO, H. P. de. A dimensão de gênero na crise da COVID-19: o trabalho de cuidado e a sua centralidade. *Gênero*, Niterói, v. 20, n. 2, p. 119-139, 2020. DOI: 10.22409/rg.v20i2.43851.

Rogoff, B. (2003). *The cultural nature of human development*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195131338.001.0001>

Rosa, D. C. J., Lima, D. M. de, Peres, R. S., & Santos, M. A. dos. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: Uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>

Sainz, F. (2022). *Psicoanálisis y psicoterapia relacional con Winnicott*. Lulu Press.

Sáinz Bermejo, F. (2018). Winnicott en la perspectiva relacional e intersubjetiva actual, acompañados por las poesías de Joan Manuel Serrat. *Clínica e Investigación Relacional*, 12(3), 568–574.

Sanches Peres, R., & Santos, M. A. dos. (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. *Interações*, 10(20), 109-126. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200008

Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8), 47–59. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100004>

Schutz, A. (1944). The stranger: An essay in social psychology. *American Journal of Sociology*, 49(6), 499–507.

Schutz, A., & Luckmann, T. (2001). *Las estructuras del mundo de la vida*. Amorrortu. (Obra original publicada em 1973).

Siqueira, B., & Britto, V. (2024, 27 de junho). *Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>

Tabet, P. (2014). As mãos, os instrumentos, as armas. In B. Bento (Org.), *Cisheterossexualidade, uma categoria política?* (pp. 63–94). Editora UFG. (Trabalho original publicado em 1998)

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507–514. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>

Vezzetti, H. (2011). Psicanálise e marxismo: A fratura da associação psicanalítica argentina. *Tempo Social*, 21(2), 61–85.

Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2), 108-116. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p108-116>

Werlang, R., & Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade*, 116, 743–768. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400009>

Winnicott, D. W. (2002). *A criança e o seu mundo* (6ª ed.). Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1964).

Winnicott, D. W. (2019). *O brincar e a realidade*. Ubu Editora. (Obra original publicada em 1971).

Winnicott, D. W. (2021). *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Ubu Editora. (Obra original publicada em 1958).

Winnicott, D. W. (2022). *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador*. Ubu Editora. (Obra original publicada em 1965).

Wojnicka, K., & Nowicka, M. (2021). Men and masculinities in times of crisis: Between care and protection. *NORMA: International Journal for Masculinity Studies*, 16(1), 1–7. <https://doi.org/10.1080/18902138.2021.1901193>

Woods, R. (2021). Mortality, migration and epidemiological change in English cities, 1600-1870. In R. Woods & W. J. Granger (Eds.), *Urban mortality change in England and Germany* (pp. 75–102). Liverpool University Press.

ANEXOS

ANEXO 01 – ILUSTRAÇÕES DAS NARRATIVAS.

<p>“Crime e Castigo” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a gravidez fora da relação conjugal resulta do mau comportamento da mulher.</p>	<p><u>Girassol:</u></p> <p>- <i>“Foi uma prova... Minha prova aí, 7 anos”</i></p> <p>- <i>Menção da relação sexual ter ocorrido quando ambos estavam bêbados.</i></p> <p>- <i>Gestação ter ocorrido a partir de um sexo casual, e que não seria o tipo de relação que a sociedade aprovaria como adequada.</i></p> <p><u>Margarida</u></p> <p>- <i>Na minha época tinha que fazer tudo bonitinho e eu não fiz, fiz diferente.</i></p>
--	---

“Sem companhia masculina” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que a “mulher-mãe solo” é a única responsável pela criança.

Tulipa

- Menção da situação no pré-natal em perguntas específicas sobre ela viver com o pai do filho e sobre ter uma relação com ele. Referindo sentir julgamento pelo fato de não estar casada ou com o pai do filho.

- Apesar de manifestadamente ela falar que ser mãe solo não tem a ver com estado civil, segue uma fala dizendo que tem “mãe solo” que são solteiras e outras casadas e que muitas vezes o pai do filho está lá, mas não quer ser pai (vinculando sempre o sentido de “Mãe solo” a figura masculina).

<p>“Dores e Delícias” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença a gravidez fora do casamento gera dificuldades e alegrias para a “mulher-mãe-solo”.</p>	<p><u>Margarida</u></p> <p>- <i>“Eu fiz, é meu né?!” e depois verbaliza “Eu vejo que eu consegui, hoje a minha filha é honesta, trabalhadora...”</i></p> <p><u>Girassol</u></p> <p>- <i>“Difícil ter alguém dependendo de você” e em outro momento diz, “ele (o filho) representa uma luta, uma luta de amor”</i></p>
---	---

<p>“Sintonia com o futuro” é campo intersubjetivo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da crença de que as dificuldades do viver da “mulher-mãe solo” podem ser superadas por meio da transformação social.</p>	<p>Tulipa</p> <p>- Menção de querer seguir nos estudos exatamente por ter filho.</p> <p>- Menção sobre o a expectativa que mais mulheres-mães possam ocupar a academia, e que a partir disso haja mudanças sociais, como</p>
---	---

	<p>obrigatoriedade de creches nas universidades.</p> <ul style="list-style-type: none">- Narrativa sobre sua escrita no blog.- Expressão da sua vontade de avançar nos estudos.- A defesa da importância da conscientização do feminismo. <p><u>Margarida</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Menção de retomar o prazer pelos estudos. <p><u>Girassol</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Conscientização sobre as crianças com deficiência e a importância do respeito e da valorização de se aprender libras.- Filho como uma luta de amor.
--	---